



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS – CCAAB
CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA**

VANESSA RIBEIRO DOS REIS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL: ATUAÇÃO DO PROFESSOR
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CRUZ DAS ALMAS- BAHIA**

CRUZ DAS ALMAS - BA
2014

VANESSA RIBEIRO DOS REIS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL: ATUAÇÃO DO PROFESSOR
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CRUZ DAS ALMAS- BAHIA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Biologia.

Orientador (a): Profa. Dra. Girlene Santos de Souza
Coorientador (a): Profa. Ms. Viviane Borges Dias

CRUZ DAS ALMAS – BA
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Reis, Vanessa Ribeiro dos.

Educação ambiental no ensino formal: atuação do professor nas escolas municipais de Cruz das Almas- Bahia. 2014 / Vanessa Ribeiro dos Reis._ Cruz das Almas, BA, 2014.

87 f.: il.

Orientadora: Girlene Santos de Souza.

Coorientadora: Viviane Borges Dias.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.

1. Educação Ambiental. 2. Prática Docente. 3. Ensino Fundamental.
4. Escola Pública. I. Título.

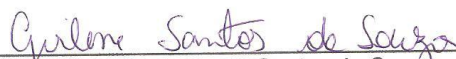
VANESSA RIBEIRO DOS REIS

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL: ATUAÇÃO DO PROFESSOR
NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CRUZ DAS ALMAS- BAHIA**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Licenciatura em Biologia,
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do
grau de Licenciado em Biologia.

Aprovado em 28 de Novembro de 2014.

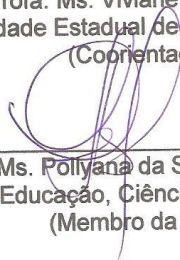
Banca Examinadora



Profa. Dra. Gilene Santos de Souza
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
(Orientadora)



Profa. Ms. Viviane Borges Dias
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
(Coorientadora)



Profa. Ms. Pollyana da Silva de Magalhães
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)
(Membro da banca)

Dedico este trabalho aos meus pais Leticia e Gilberto, à minha irmã Cíntia, eles foram os grandes incentivadores, exemplos de amor, dedicação e luta, responsáveis por este momento.

À professora Girlene, pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão a todos que, de alguma forma contribuíram para a minha formação. Agradeço a minha família, em especial, aos meus pais, Letícia e Gilberto, pela minha vida e por toda a dedicação, amor, orientação, carinho, paciência, sacrifícios e renúncias que fizeram em prol da minha formação; por sempre estarem ao meu lado acreditando e confiando na minha luta. À minha irmã Cíntia que, esteve presente em todos os momentos, com seu carinho, amor, paciência para compreender meus momentos de estresse e que colaborou muito para o cumprimento desta etapa e superação de todas as dificuldades, obstáculos e decepções. A vocês, todo o meu reconhecimento, amor, admiração e gratidão.

À professora Girlene, sou eternamente grata pelas oportunidades, confiança, dedicação, colaboração, empenho, apoio e incentivos constantes e pela sua valiosa amizade... “Quando eu crescer, quero ser igual a você!”.

Aos amigos da UFRB que eu conquistei nesses 4 anos, em especial às COMADRES Aline, Laise, Rebeca e Lu por esses quatro anos maravilhosos que serão eternos, amigos para toda a vida. E à Poliana do ESA pelas contribuições durante o Projeto e pela amizade.

A todos da Rede Municipal de Ensino de Cruz das Almas que colaboraram com a pesquisa.

À UFRB, FAPESB, PIBIC, PIBEX, pelas oportunidades. A todos do CEMBEMA em especial a Sandra, Analice e toda a turma pelo apoio no Projeto. À todos os professores do curso de Biologia pelos incentivos. Ao professor Jorge Gonzaga e Marcela pela oportunidade e confiança, bem como a todos do laboratório de Solos e Qualidade de Ecossistemas.

À minha coorientadora Viviane pela colaboração.

Às minhas amigas de infância Ilmara, Ludiana, Adriele, Moniky, Jéssica, Rick, João e TODOS os outros amigos por todos os momentos que foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Aos amigos da Unijorge: Celly, Isabela, Adriel e Kátia, pelo incentivo.

Agradeço a Deus por me dar saúde, força e paciência para alcançar meus objetivos. Finalmente, expresso minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação e para a realização deste trabalho. Agora é hora de comemorar e se preparar para novas conquistas!!!

*"Só quando a última árvore for derrubada,
o último peixe for morto e o último rio for
poluído é que o homem perceberá que
não pode comer dinheiro."
(Provérbio Indígena)*

REIS, V. R. **Educação ambiental no ensino formal:** atuação do professor nas escolas municipais de Cruz das Almas- Bahia. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Biologia) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Cruz das Almas, BA.

RESUMO

Esta pesquisa que possui como tema Educação Ambiental (EA) no ensino formal: atuação do professor nas escolas municipais de Cruz das Almas – Bahia foi desenvolvida entre junho e outubro de 2014, objetivou-se analisar a prática docente vivenciada pelos professores de escolas da rede municipal de Cruz das Almas em relação à temática Educação Ambiental em disciplinas de Ensino Fundamental nos anos finais tendo como referências os PCN (BRASIL, 1998) e a PNEA (BRASIL, 1999). A metodologia utilizada para análise na pesquisa foi qualitativa e quantitativa, através da aplicação de questionário a professores que lecionam do sexto ao nono ano do ensino fundamental de três escolas públicas da rede municipal, além disso, foi realizada entrevista informal com uma representante de cada escola e entrevista semiestruturada com uma representante da secretaria de educação do município. Como resultado da pesquisa notou-se que o tema que é transversal e que deve ser trabalhado interdisciplinarmente, está inserido como disciplina no município, deixando subtendido assim que as outras disciplinas não precisam trabalhar a temática já que existe a disciplina específica. Os docentes praticam a Educação Ambiental em atividades esporádicas e superficiais, muitas vezes restritas às disciplinas de Geografia, Ciências e a própria disciplina intitulada Educação Ambiental. As principais dificuldades dos professores dizem respeito às questões motivacionais, a falta de incentivo e de materiais didáticos. Nos depoimentos, a visão naturalista, seguida pela visão do tema como disciplina e curso, foram predominantes. A visão contextualizada da Educação Ambiental esteve mais presente em professores de Biologia e Geografia, que formam os profissionais considerados mais aptos para atuar como educadores ambientais, já os professores das demais disciplinas se sentem muito distantes dos temas ambientais. Percebeu-se também o pouco conhecimento, a fragmentação e a falta de discussão sobre a Educação Ambiental. A maioria dos professores tem interesse em fazer curso de capacitação em EA, porém, não é ofertado pela rede de ensino e também questionam a falta de incentivos para que o tema seja trabalhado em sala de aula. Dessa forma, faz-se necessária primeiramente à valorização dos professores com melhores condições de trabalho, incentivo para estimular a participar de capacitação através de cursos e seminários onde professores de todas as disciplinas, bem como gestores das escolas e secretaria de educação tenham conhecimento dos documentos oficiais que regem o tema para conhecimento e utilização; além de bases sólidas como o Projeto Político Pedagógico para implementar a temática nas escolas como processo permanente e duradouro; parceria entre escola e universidade para que seja alcançado maior apoio para a realização de projetos; além de educadores ambientais nas escolas com o objetivo de orientar na preparação de projetos e atividades interdisciplinares servindo de parâmetros para uma prática mais consistente em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Ambiental Formal. Prática Docente. Ensino Fundamental. Escola Pública.

REIS, V. R. **Environmental education in formal education: the role of the teacher at public schools in Cruz das Almas - Bahia.** 2014. Graduation final work (Degree in Biology) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Cruz das Almas, BA.

ABSTRACT

This research approaches the Environmental Education (EA) in formal education theme: the role of the teacher at public schools in Cruz das Almas – Bahia. It was developed between June and October 2014, aimed to analyze the teaching practices experienced by teachers from municipal schools in Cruz das Almas related to environmental education in disciplines from Basic Education in the final years, taking as references PCN (BRAZIL, 1998) and PNEA (BRAZIL, 1999). The methodology used to analyze the qualitative and quantitative research was a questionnaire applied to teachers who teach from sixth to ninth grade of Elementary Education at three public municipal schools, furthermore, informal interview was conducted with a representative from each school and semi-structured interview with a representative of the County Education Board. As a result of the survey it was noticed that it is a the topic that this is a transversal theme and should be worked interdisciplinary, it is inserted as a discipline in the city, implying that other disciplines do not need to work the subject since there is a specific discipline. Teachers engage in environmental education activities in sporadically and superficially, often restricted to the disciplines of Geography, Sciences, and the discipline itself entitled Environmental Education. The main difficulties faced by teachers relate to motivational issues, lack of incentives and educational materials. In their testimonies, the naturalistic view, followed by the vision of the subject as a discipline and course, were predominant. A contextualized view of environmental education was more present in Biology and Geography teachers, whose formation make them professionals considered more apt to act as environmental educators, since teachers from other disciplines feel very distant from environmental issues. It could also be noticed some fragmentation, lack of knowledge and discussion on Environmental Education. Most teachers are interested in taking Environment Education training course; however which is not offered by the school system and they also questioned the lack of incentives for working the subject in class. Thus, it is necessary to empower teachers with better working conditions, incentives to stimulate the participation in training courses and seminars where teachers from all disciplines, as well as making schools administrators and Education board aware of the official documents ruling the theme both for knowledge and use; plus solid foundation as the Political Pedagogical Project to implement the theme in the schools as a permanent and lasting process; partnership between school and university for achieving further support to project accomplishments; and having environmental educators in schools with the aim of guiding the preparation of projects and interdisciplinary activities serving as parameters for a more consistent practice in the classroom.

Keywords: Environmental Education Formal. Teaching Practice. Elementary School. Public School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição por turnos em que os professores lecionam na escola em que foram aplicados os questionários.....	36
Figura 2 – Série (s) que lecionam os professores participantes da pesquisa.....	36
Figura 3 – Quantidade de disciplinas que os professores lecionam.....	37
Figura 4 – Demonstração das disciplinas lecionadas pelos professores participantes da pesquisa.....	38
Figura 5 – Grau de formação dos participantes da pesquisa.....	40
Figura 6 – Percepção dos participantes da pesquisa sobre o conceito de Educação Ambiental.....	42
Figura 7 – Percepção dos professores sobre a importância da Educação Ambiental	46
Figura 8 – A Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico da Escola.....	48
Figura 9 – Projetos de Educação Ambiental desenvolvidos na Escola.....	50
Figura 10 – Projetos desenvolvidos na Escola.....	51
Figura 11 – Incentivo e motivação para desenvolverem projetos nas escolas.....	53
Figura 12 – Realização de visitas a campo nas escolas.....	54
Figura 13 – Discussão do tema Educação Ambiental nas aulas.....	54
Figura 14 – A Discussão do tema Educação Ambiental de forma interdisciplinar e a relação com outras disciplinas.....	55
Figura 15 – Relação do tema EA com as disciplinas.....	56
Figura 16 – Em relação à preparação das aulas relativas à Educação Ambiental, quais as referências utilizadas pelos professores.....	58

LISTA DE SIGLAS

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

EA – Educação Ambiental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MMA - Ministério do Meio Ambiente

ONG – Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetro Curricular Nacional

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PPP - Projeto Político Pedagógico

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

PRPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	15
2.1 Histórico da Educação Ambiental.....	15
2.2 Conceituando a Educação Ambiental.....	19
2.3 Política Nacional de Educação Ambiental.....	21
2.4 Parâmetros Curriculares Nacionais.....	25
3 INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE.....	28
4 METODOLOGIA.....	32
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
5.1 Caracterização dos professores e implementação da educação ambiental no município.....	35
5.2 Conceituando a Educação Ambiental.....	41
5.3 Importância da Educação Ambiental.....	46
5.4 Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico.....	48
5.5 Desenvolvimento de Projetos na área de Educação Ambiental e envolvimento dos alunos.....	50
5.6 Interdisciplinaridade e a Educação Ambiental.....	53
5.7 Formação Continuada dos Professores.....	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES.....	73
A – Termo de consentimento livre e esclarecido (Escola).....	73
B – Termo de consentimento livre e esclarecido (Secretaria de Educação).....	75
C – Questionário com perguntas direcionadas aos docentes	77
D – Roteiro de entrevista semiestruturada.....	80
ANEXOS.....	81
A – Protocolo de aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da UFRB.....	81
B – Protocolo de cadastro do projeto de pesquisa na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRB.....	85

1 INTRODUÇÃO

Após a Revolução Industrial, no século XVIII, surgiram problemas gerados pelo crescimento populacional, o modelo de produção e o consumo desigual. A partir de então, iniciou-se o processo de explosão demográfica que provocou o inchaço das cidades, a fuga do homem do campo e o surgimento das primeiras concentrações de pobreza urbana (FONSECA; BRAGA, 2010).

A Constituição Federal do Brasil, que foi a primeira constituição brasileira a dedicar um capítulo ao meio ambiente, no seu Artigo 225, no Capítulo VI, estabelece que,

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A inserção na Constituição Federal de um capítulo tratando especificamente das questões ambientais é representação já naquela época de uma consciência de preservação, da qual é decorrência dos problemas ambientais emergentes e das pressões populares que se iniciaram a partir da década de 70, com a organização da sociedade civil brasileira (GOMES, 2008).

A temática ambiental vem sendo muito discutida nas últimas décadas, esta, que é considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação entre a natureza e o uso dos seus recursos naturais disponíveis (RHEINHEIMER, 2006). Como menciona Berna (2001, p. 17):

As árvores não são derrubadas, a fauna sacrificada ou o meio ambiente poluído por desconhecimento de nossa espécie dos impactos dessas ações sobre a natureza. A falta de conhecimento, assim como a falta de consciência ambiental, são grandes responsáveis pelas destruições ambientais. Mas não é só isso. O meio ambiente é destruído, também – e principalmente –, devido ao atual estágio de desenvolvimento existente nas relações sociais de nossa espécie.

Com a intenção de minimizar a situação da degradação socioambiental em diversas partes do planeta, é observado um crescente número de atividades e projetos desenvolvidos pelos variados setores da sociedade, no intuito de educar as comunidades e sensibilizá-las para as questões ambientais, mobilizá-las para a

modificação de atitudes nocivas e a apropriação de posturas benéficas ao equilíbrio ambiental (RUY, 2004).

A educação foi proposta como fator de transformação, conforme o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO - acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) para,

[...] entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras... (BRASIL, 1996, p. 11).

Sendo assim, as escolas são as principais responsáveis pela transformação da sociedade. Por isso, estudar as questões ambientais nas aulas é contribuir para a formação de alunos críticos, conscientes e responsáveis, e isso com certeza é um grande desafio para os docentes (KNORST, 2010).

A Educação Ambiental (EA), segundo a Lei nº 9.795 que institui a Política Nacional da Educação Ambiental – PNEA (BRASIL, 1999), “é um componente essencial e permanente da educação Nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não-formal”. A EA pode colaborar muito para renovação do processo educativo, trazendo a inserção dos conteúdos à realidade local e o envolvimento dos(as) alunos(as) em ações concretas de transformação da realidade. E para que realmente a EA alcance estes objetivos, precisa atingir vários métodos, incluindo o preparo dos educadores.

Outra forma de legitimar a Educação Ambiental é nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), onde a mesma é inserida no PCN de Meio Ambiente, sendo um dos temas transversais, e nele, traz que a EA deve ser trabalhada enfatizando-se os aspectos sociais, econômicos, políticos e ecológicos. Logo, como tema transversal e interdisciplinar, deve estar presente em conteúdos de todas as disciplinas, como é desejado pelos educadores ambientais, possibilitando assim uma visão mais integradora e melhorada na compreensão das questões socioambientais.

Como proposto pelos PCN (BRASIL, 1998), os temas transversais não devem criar uma nova área curricular porque sendo assim prejudicaria a flexibilidade que se pretende alcançar. O mesmo deve ser inserido, envolvendo temas de um cotidiano dinâmico em transformação, portanto, também devem ter a agilidade de poder ser

alterados com facilidade e rapidez, dessa forma, precisa ser trabalhado de forma interdisciplinar, onde sejam englobados os aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais dos seres humanos.

O tema da pesquisa foi escolhido a partir da vivência em sala de aula durante os estágios supervisionados do curso de Licenciatura em Biologia da UFRB e participação em projetos de EA no município de Cruz das Almas, localizada no Recôncavo Baiano onde encontra-se a Mata de Cazuzinha, um dos inúmeros remanescentes de Mata Atlântica do país. A inquietação surgiu a partir dessas vivências onde observou-se uma falta de preocupação por parte dos professores no que diz respeito ao estudo da temática de EA em sala de aula e a verificação por meio de produções científicas como pode ser evidenciado em alguns trabalhos.

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a prática docente vivenciada pelos(as) professores(as) de escolas da rede pública municipal de Cruz das Almas-Bahia em relação à temática EA em disciplinas de Ensino Fundamental nos anos finais tendo como referências os PCN (BRASIL, 1998) e a PNEA (BRASIL, 1999) e possui como objetivos específicos, (i) identificar as práticas docentes de EA; (ii) relacionar às práticas docentes de EA com os PCN; (iii) identificar as possíveis dificuldades apresentadas pelos(as) professores(as) sobre o tema EA, (iv) verificar o desenvolvimento de projetos realizados pelos professores e, (v) abordar como os temas sobre EA são abordados nas disciplinas.

Assim, o resultado deste estudo constituirá uma importante base de informações para futuras pesquisas, presumindo-se que a EA, na vivência não é utilizada, a partir da interdisciplinaridade. Partindo-se da premissa de que a prática dos docentes relacionada ao tema EA tem influência significativa na construção da cidadania dos(as) alunos(as), com os resultados desses dados espera-se gerar um retorno acerca da atuação do(a) professor(a) com o tema EA no município de Cruz das Almas, sobre a inserção do tema no ensino formal, fornecendo dados que servirão como base para intervenções na Educação Básica do município como instrui os documentos oficiais que regem a EA.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.1 Histórico da Educação Ambiental

Com a evolução da civilização e da urbanização, o modo de pensar sobre o meio ambiente mudou muito e o homem passou a se ver como se não fizesse parte da natureza. E para causar sensibilização pelo tema e para que a abordagem das questões ambientais fossem transformadas numa realidade, foram tomadas várias iniciativas por organizações governamentais e não-governamentais (ONG).

A discussão sobre EA já vem de muito tempo, mesmo sem o surgimento do termo Educação Ambiental, os problemas ambientais já demonstravam irracionalidade do modelo de desenvolvimento capitalista (MEDINA, 1997). A preocupação com a degradação ambiental remete à antiguidade e foi a partir da década de 60, uma época marcada pelo crescimento do desenvolvimento industrial e tecnológico da sociedade.

O termo *Educação Ambiental*, segundo Teixeira (2014), foi adotado pela primeira vez em 1965 em um evento de educação promovido pela Universidade de Keele, no Reino Unido. Em 1968, na Itália, surgiu o “Clube de Roma”, formado por um grupo de cientistas preocupados em discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial. Nele foi anunciado como urgente a necessidade de busca de meios para conservação dos recursos naturais e controle do crescimento populacional, para isso, o investimento numa mudança radical no pensamento consumista e procriação tornou-se imprescindível (TOZONI-REIS, 2002).

Em 1972 na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, que foi realizada em Estocolmo, foram estabelecidos o “Plano de Ação Mundial” e a “Declaração sobre o Ambiente Humano”. Nessa conferência foi definida, pela primeira vez, a importância da ação educativa nas questões ambientais, gerando com isso o primeiro “Programa Internacional de Educação Ambiental”, sendo consolidado em 1975 pela Conferência de Belgrado (BRASIL, 1998). Foi nessa conferência que a educação ambiental surgiu como novo ramo da educação, com o objetivo de atingir, através de um processo pedagógico participativo e permanente, procurando despertar uma consciência crítica sobre seu papel no relacionamento com o meio ambiente, para todos os cidadãos, principalmente no educando (DIAS,

2003). Em um trecho da Carta de Belgrado que foi organizada pela UNESCO diz que,

A Recomendação 96 da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo pediu um maior desenvolvimento da Educação Ambiental, considerada como um dos elementos fundamentais para poder enfrentar seriamente a crise ambiental no mundo. Essa nova Educação Ambiental deve se basear e se vincular amplamente aos princípios básicos definidos na Declaração das Nações Unidas sobre a “Nova Ordem Econômica Internacional”. É nesse contexto que devem ser colocados os fundamentos para um programa mundial de Educação Ambiental que possibilitará o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, de valores e atitudes, enfim, um esforço direcionado a uma melhor qualidade do ambiente, e de fato, para uma melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras (BRASIL, 1975).

Na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, ocorrida em outubro de 1977, encontro que é referência até os dias atuais definiram-se os objetivos da Educação Ambiental e o ensino formal foi indicado como um dos eixos fundamentais para conseguir atingir esses objetivos. De acordo com Loureiro (2004), nessa conferência definiu-se a EA como uma dimensão que é “dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por intermédio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”. Nessa, que foi a primeira Conferência sobre o referido tema, foi recomendado que a prática da EA deva considerar todos os aspectos tecnológico, social, político, econômico, histórico-cultural estético e moral, dentro de uma visão inter e multidisciplinar dos educandos tanto na educação formal quanto da educação não-formal (BRASIL, 1977). Dentre as recomendações, sugere aos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) a implementação de políticas públicas específicas que passarão sempre por avaliações sistemáticas, de modo a consolidar e universalizar a EA. Essa que foi a Primeira Conferência Intergovernamental sobre EA, apresentava as seguintes recomendações (UNESCO, 1977),

Recomendação n.º 01

A educação ambiental é o resultado de uma orientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais.

(...) Para a realização de tais funções, a educação ambiental deveria suscitar uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas

concretos que se impõem à comunidade; focar a análise de tais problemas, através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora, que permita uma compreensão adequada dos problemas ambientais; [...].

Recomendação n.º 02

Princípios básicos aplicar em enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada.

Dez anos após a Conferência de Tbilisi, a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental foi convocada em 1987 pela UNESCO e realizada em Moscou, Rússia, onde concluiu-se pela necessidade de introduzir a Educação Ambiental nos sistemas educativos dos países (PEREZ, 2002).

A introdução formal da Educação Ambiental no Brasil, de acordo com Teixeira (2014), foi a partir de 1973 com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), esta que vinculada ao Ministério do Interior, estabeleceu que “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente”. Logo após, em 1981, foi instituída a Lei nº 6.938 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, que originou a inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, tendo como objetivo “capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981).

Há pouco mais de duas décadas, o Rio de Janeiro sediou o que ficou conhecido como a mais importante conferência sobre meio ambiente da história, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio/92) ou Cúpula da Terra que aprovou, entre outros documentos, a “Agenda 21”, que reúne propostas de ação para os países e os povos em geral, bem como estratégias para que essas ações possam ser cumpridas. Em complementação a essa agenda, os países da América Latina e do Caribe apresentaram a “Nossa Agenda”, com as prioridades para seus países. E os governos locais apresentaram a “Agenda Local” (BRASIL, 1998).

Ainda na Conferência Rio/92, reuniu-se o Fórum Global do qual participaram os representantes não-governamentais (das ONG, de movimentos sociais, sindicatos etc.) e um dos seus resultados foram os Tratados, um para cada esfera de atuação, discutidos e firmados pelos representantes presentes, de diferentes regiões do mundo. E dentre seus objetivos ou estratégias que foram mencionados, os mais importantes estavam a conscientização e a Educação Ambiental dirigidas

desde os profissionais e políticos, até o cidadão comum, especialmente os jovens. Um dos tratados foi exclusivamente sobre Educação Ambiental: o “Tratado de Educação Ambiental para sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” (PEREZ, 2002).

No Brasil, a EA se consagrou em uma maior extensão na década de 80, com a aprovação da Constituição Federal em 1988, promoveu-se uma mudança, quando se atribui ao poder público (Art. 225, § 1º, Inc. VI) o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1998).

Surgiram formas de legitimar e reforçar a EA como prática interdisciplinar, explicitada nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 e na Lei 9.795 de 1999. Conforme Furtado,

[...] a importância da Educação Ambiental se explicita formalmente na obrigatoriedade constitucional, em sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na publicação da Lei Federal que define a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/ 1999), instrumentos legais e documentos governamentais que asseguram a temática um caráter transversal, indispensável e indissociável da política educacional brasileira (FURTADO, 2009, p.346).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), produzidos com base na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lançados oficialmente em 1998 e incorporados aos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), documento que definiu como Temas Transversais, em função da relevância social, urgência e universalidade os seguintes temas: ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, saúde, trabalho e consumo. Apesar de receber várias críticas pela forma de apresentar a transversalidade em educação (mantendo como eixos principais as disciplinas de conteúdos formais) e pela baixa operacionalização da proposta, esses documentos tiveram o mérito de inserir a temática ambiental não como disciplina, e de abordá-la articulando com diversas áreas de conhecimento (LOUREIRO, 2004).

Os temas transversais buscam trazer para a discussão das diversas áreas do conhecimento, as questões sociais contemporâneas, não como novos conteúdos, buscando assim, propiciar um posicionamento frente a essas questões, que buscam preencher as lacunas deixadas pelas áreas (OLIVEIRA, 2002).

Em 27 de abril de 1999, após um ano de publicação dos PCN, foi sancionada a Lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta lei que é considerada um marco na legislação ambiental brasileira, pois inova ao inserir a temática ambiental com uma proposta programática para a educação ambiental em todos os setores da sociedade e tornando assim obrigatório trabalhar o tema de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, conforme preveem os Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais. Na PNEA há uma preocupação com a construção de procedimentos compatíveis com a “questão ambiental” e a vinculação de processos formais de transmissão e criação de conhecimentos às práticas sociais, em abordagens que procuram realizar a práxis educativa por meio de um conjunto de atividades curriculares e extracurriculares integrados, possibilitando que o aluno aplique em seu cotidiano o que é aprendido no ensino formal (LOUREIRO, 2004).

De acordo com Bernardes e Prieto (2010), em decorrência da lei que estabelece a política nacional, foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que reafirma a transversalidade e interdisciplinaridade. A versão mais recente do ProNEA é de 2005 e um dos seus objetivos é “mobilizar instituições formais e não-formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente” e outro objetivo do programa é “fomentar a transversalidade por meio de internalização e difusão da dimensão ambiental nos projetos, governamentais e não-governamentais, de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 2005).

2.2 Conceituando a Educação Ambiental

O conceito de Educação Ambiental varia de acordo com as vivências de cada um. Para muitos autores, quando se fala em EA, restringe-se em trabalhar assuntos relacionados à natureza como o lixo, animais, plantas, preservação, natureza, etc., assumindo assim um caráter naturalista. Atualmente, a temática assume um novo contexto adaptado a realidade interdisciplinar, voltados a temas ambientais locais e globais (ALMEIDA et al., 2012). A seguir, objetivando fazer uma análise sobre os conceitos desta prática, serão apresentadas algumas definições sobre

Educação Ambiental inseridos nos documentos que regem o tema e àquelas definições que são mais citadas em artigos da área.

Na Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977) apud Brasil (2014), considera que a Educação Ambiental é,

[..] um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

No PCN de Meio Ambiente argumenta-se que,

Todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre o tema evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a Educação Ambiental como meio indispensável para conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade/natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para isso (BRASIL, 1998).

A EA é conceituada pela Lei Federal N^o 9.795, de 27 de abril de 1999 como,

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade [...] é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

De acordo com Layrargues (2002, p. 189), a EA é

Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática.

Conforme Sato et al. (2005),

A EA deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita

que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática.

E nas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2012), Artigo 2º, a EA

É uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

O conceito de EA utilizado neste trabalho é o de Medina (1998 apud MEDINA, 2001, p. 17-18) que diz em relação ao tema que é o

[...] processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado. A Educação Ambiental visa à construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças (minorias étnicas, populações tradicionais), à perspectiva da mulher e à liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável, respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie.

É notório que são muitos conceitos sobre Educação Ambiental, desde as mais antigas na qual enfatiza mais os aspectos ecológicos e passa a ser considerado também o político, cultural, social, tecnológico e ético, porém, com características comuns, apontando para a necessidade de uma educação integrada e holística. De acordo com Rodrigues (2009), independentemente da definição que seja utilizada, a EA deve ter como base o pensamento inovador e crítico, em qualquer tempo ou lugar, em todos os seus modos (formal, não formal e informal), com a finalidade de gerar a transformação e a construção de uma sociedade mais consciente.

2.3 Política Nacional de Educação Ambiental

Sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 27 de abril de 1999, a Lei Nº 9.795, dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e dá outras providências. A PNEA é uma proposta programática para promover a educação ambiental em todos os setores da sociedade. No seu capítulo I, fala sobre a Educação Ambiental, onde apresenta o

conceito, princípios, importância, quem tem direito a mesma, que tem por objetivos fundamentais exposto no Artigo 5:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
 - II - a garantia de democratização das informações ambientais;
 - III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
 - IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
 - V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
 - VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
 - VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.
- (BRASIL, 1999).

Considerando que o processo educativo pode contribuir para a superação da realidade que se encontra a degradação da natureza, é necessário que a escola, enquanto instituição, esteja preparada para incorporar a temática ambiental de forma coerente. A escola ainda é o lugar mais adequado para trabalhar a relação homem-ambiente-sociedade, sendo um espaço adequado para formar cidadãos críticos e criativos, com uma nova visão de mundo que supere o antropocentrismo (MELLER, 1997).

No artigo 2, da PNEA, diz que a educação ambiental “é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Seguindo esse direcionamento, a escola desempenha um dos papéis mais importantes, pois cabe à mesma informar, pesquisar e formar futuros gestores da sociedade humana (ARAUJO; SOARES, 2010).

No capítulo II, traz as disposições gerais, a descrição sobre a educação ambiental no ensino formal e não-formal. Neste, aborda que a temática deve estar presente nos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e

modalidades do ensino formal, englobando assim: “I - educação básica: a. educação infantil; b. ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos”. E não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. A disciplina específica pode ser implantada se for necessário somente nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da EA. Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas (BRASIL, 1999).

Como instrui os artigos 10 e 11 da PNEA, a dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas e que os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos artigos 10 e 11 desta lei. Mas será que a temática ambiental realmente está inserida em todos os níveis? Os cursos de Licenciaturas realmente trabalham com esse tema de maneira transversal? E os professores que já estão em atividade recebem capacitação complementar? Existe fiscalização nas instituições e cursos para que os mesmos insiram o tema nos currículos dos cursos? Será que após quinze anos da Lei entrar em vigor pode-se perceber a inserção do tema na educação nacional?

Os estudos realizados sobre a EA confirmam a necessidade de divulgação e capacitação para apropriação da inserção desta nas disciplinas pelo corpo docente, quando indica que “[...] a temática ambiental está presente tanto no trabalho dos professores como no material didático, mas não é trabalhada interdisciplinarmente como determina a legislação de educação ambiental” (OLIVEIRA, 2009, s/p apud ADAMS, 2012).

Segundo Oaigen (2001), a Educação Ambiental constitui-se em um conjunto de atividades práticas ambientais, voltadas para a busca de solução aos problemas concretos do ambiente, desenvolvendo-se através de uma base interdisciplinar e com visão transversal, conforme sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais, exigindo a participação ativa e responsável de cada indivíduo da comunidade.

Muitas pesquisas revelam as causas da dificuldade de inserir a EA no sistema de ensino, porque a mesma é percebida muitas vezes pelo docente como ensino da disciplina de Ciências e Biologia, justamente por falta de conhecimento de referenciais teóricos e capacitação. Conforme Medina (2001, p. 18):

[...] a essas dificuldades acrescentam-se as formas muitas vezes simplistas com que tem sido concebida e aplicada a Educação Ambiental, reduzindo-a a processos de sensibilização ou percepção ambiental, geralmente orientados pela inserção de conteúdos da área biológica, ou a atividades pontuais no Dia do Meio Ambiente, do Índio, da Árvore, ou visitas a parques ou reservas. Não queremos negar a importância dessas atividades, apenas assinalar que elas são necessárias, mas não suficientes, para desenvolver conhecimentos e valores, tais como eles são postulados nos PCN de Meio Ambiente e de Ética.

A integração de todo o corpo docente ao trabalhar a temática ambiental, ainda é mal entendida e pouco utilizada em projetos e no cotidiano escolar. Isto se deve a maioria dos docentes não estar capacitados para trabalhar com esses temas e ao mesmo tempo de trabalharem em equipe (TELLES, et al., 2002). Assim, a Educação Ambiental fica em geral restrita ao professor de ciências e biologia, e percebemos essa tendência que é reforçada pela inclusão, na maioria das vezes, deste tema somente nos livros de ciências (CASCINO, 2003).

No que se refere à educação formal, a mesma ocorre no espaço da escola que, segundo Gohn (2006, p. 29) “[...] são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais”. Gohn (2006, p. 30) ainda afirma que o tipo formal “[...] requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização seqüencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc”. Sobre a finalidade de tal educação aponta-se que:

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc. (GOHN, 2006, p. 29).

Dessa forma no que se refere à EA na escola, é possível encontrar várias dificuldades, o que torna na maioria das vezes, como um tema pontual somente tratado nas disciplinas de Ciências e Biologia, em semanas pedagógicas, atividades comemorativas, como Semana do Meio Ambiente, Dia da Água, Dia da Mata

Atlântica, dentre outros, fazendo com que fique restrita ao espaço escolar e não envolvendo a comunidade. Mas mesmo com todas essas dificuldades, a Educação Ambiental não deve ser trabalhada como uma disciplina, mas sim por todo o corpo docente (MEDINA, 2001, p. 18). Mesmo que para isso, tenha-se que repensar o papel da escola e da educação, que na maioria das vezes é dividida e compartimentalizada em disciplinas isoladas que não interagem como um todo.

2.4 Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram publicados entre 1997 e 1999 pelo Ministério da Educação, nestes estão inseridos temas transversais para serem desenvolvidos no ensino fundamental com o intuito de se tornarem referência curricular para os professores, que podem adaptá-los a cada realidade. São temas deste documento: ética, pluralidade cultural, trabalho e consumo, saúde, orientação sexual e meio ambiente, estes que são segundo Narcizo (2009) “de grande importância social que devem ser trabalhados em todos os conteúdos”.

No PCN de Meio Ambiente, onde aborda como deve ser trabalhado esse tema, é dividido em duas partes, na primeira, é abordada a questão ambiental a partir de um breve histórico, onde trata sobre a crise ambiental, apontando para a necessidade da busca de novas atitudes e valores no relacionamento com o meio em que vivemos. Nela também discute a urgência da implantação de um trabalho de EA como elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental e alguns pontos polêmicos no debate ambiental que contemple as questões da vida cotidiana do cidadão e discuta algumas visões polêmicas sobre essa temática. Conta também com algumas reflexões sobre o processo educacional com destaque de indicadores para a construção do ensinar e do aprender em Educação Ambiental, nas esferas global e local, relação entre a comunidade e a escola e como superar a fragmentação do saber nas situações de ensino e a necessidade de transversalização do tema nas áreas (BRASIL, 1998).

Na segunda parte, são apresentados os conteúdos, os critérios de seleção e organização dos conteúdos, e a forma como eles devem ser tratados para atingir os objetivos desejados.

E por fim, constam os anexos: no Anexo I mostra um breve histórico dos debates sobre Educação Ambiental; no Anexo II fala sobre os princípios da EA, que

servirão para definir alguns pontos importantes do trabalho relativo ao tema Meio Ambiente que foram definidos durante a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, em 1977; e o Anexo III mostra conceitos fundamentais na problemática ambiental e relata noções básicas para auxiliar o professor na questão ambiental.

A proposta dos PCN é que as questões ambientais sejam trabalhadas de forma integrada, tanto entre as disciplinas como entre a sociedade e seus problemas. Confirma-se neste documento (BRASIL, 1998, p. 193) quando fala que,

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais.

E por não aparecer como disciplina específica, muitas vezes pode tornar-se como segundo plano para os docentes em relação aos conteúdos disciplinares, porque a educação atual não trabalha esse tipo de abordagem interdisciplinar, que segundo Bizerril e Faria (2001) “[...] resta a dúvida sobre os limites da capacidade das escolas em compreender as propostas contidas no documento, bem como em ter motivação suficiente ou metodologia para executá-las”.

Trabalhar de maneira interdisciplinar ainda é visto com muita dificuldade pela maioria dos professores e um dos motivos disso é, sem dúvida, o medo de exposição de muitos professores que se trancam nas salas de aula para não expor seu trabalho aos outros, com receio a possíveis críticas. Além desse motivo, alguns professores de disciplinas que são ditas como mais importantes como, por exemplo, português e matemática, tendem a se afastar de projetos que não tratem de seus conteúdos específicos, dando como justificativa a falta de tempo para poder cumprir seus planos de curso (NARCIZO, 2009), por conta do ENEM e vestibular, os professores preferem ministrar as aulas com os assuntos de forma “decoreba”, com fórmulas e macetes para que os alunos possam passar nos processos de seleção e com isso não associam os assuntos das disciplinas com temas da realidade. E o outro motivo pela falta de interdisciplinaridade em sala de aula, de acordo com Bizerril e Faria (2001), é devido a falta de preparo que ainda hoje persiste nos cursos de licenciatura que não os prepara para a interdisciplinaridade.

De acordo como instrui o PCN de Meio Ambiente,

Para que os alunos construam a visão da globalidade das questões ambientais é necessário que cada profissional de ensino, mesmo especialista em determinada área do conhecimento, seja um dos agentes da interdisciplinaridade que o tema exige. A riqueza do trabalho será maior se os professores de todas as disciplinas discutirem e, apesar de todo o tipo de dificuldades, encontrarem eles para desenvolver um trabalho conjunto. Essa interdisciplinaridade pode ser buscada por meio de uma estruturação institucional da escola, ou da organização curricular, mas requer, necessariamente, a procura da superação da visão fragmentada do conhecimento pelos professores especialistas (BRASIL, 1998).

Apesar da importância do PCN de Meio Ambiente como apoio aos professores ele não é o único material e de acordo com Medina (2001) “os PCN são um instrumento básico, mas não suficiente, para produzir tão urgentes transformações na educação fundamental”.

3 INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE

A transversalidade e interdisciplinaridade são conceitos muito utilizados quando se trata do tema Educação Ambiental. Esses conceitos são muitas vezes confundidos, por isso é importante trazer a discussão de ambos e analisar as diferenças dos dois conceitos.

Existem vários conteúdos programáticos que não estão ligados a nenhuma disciplina específica e por isso pode-se considerá-los como conteúdos comuns a todas as disciplinas e todas as séries. Esses que são considerados temas transversais, ao invés de ser inserido como disciplinas, perpassam e fazem parte do currículo escolar (YUS, 1998), que para Medina (1999), incluir a EA no currículo escolar de maneira transversal, causa um processo de inovação educativa englobando todo o conjunto do coletivo escolar.

Nos PCN, os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de transversalidade, com o objetivo de fazer parte de toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental. A separação entre o cotidiano do aluno e a aprendizagem escolar, entre o saber popular e o conhecimento científico gera a fragmentação, contribuindo para a compartimentalização curricular entre diversas áreas de conhecimento como ciências naturais, ciências humanas, exatas e sociais o que agrava o processo de fragmentação e compartimentação do cenário de transformações, interações e plena integração espaço-temporal que caracteriza o ambiente terrestre (MORAES, 2012). De acordo com os PCN, o tema EA e os outros temas transversais devem ser trabalhados de forma interdisciplinar, mas na prática esse trabalho acaba não acontecendo (NARCIZO, 2009). Conforme este documento,

Ambas — transversalidade e interdisciplinaridade — se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática (BRASIL, 1999, p.31).

A transversalidade possibilita na prática educativa, estabelecer uma relação entre aprender sobre as questões da realidade e de sua transformação. E uma

forma de sistematizar esse trabalho é inserir no curricular escolar, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade. Os temas transversais podem ser comuns a todas as disciplinas porque apresentam-se como um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar. Neles, segundo Bernardes e Prieto (2010),

[...] busca-se um novo diálogo permanente em sala de aula e fora dela, onde professores, estudantes e comunidade criam um ambiente de educação conjunta (educando os outros e a si mesmos, como sonhava Paulo Freire) sobre o meio ambiente e a necessidade de preservação e respeito às diferentes formas de vida.

Já a interdisciplinaridade questiona sobre a compartimentalização em disciplinas, entre os campos de conhecimentos que possui uma abordagem sem levar em consideração a influência e relação que existe entre essas áreas e a realidade local. De acordo com o PCN (BRASIL, 1998, p.30), a interdisciplinaridade “refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas”.

Transversalidade e interdisciplinaridade na prática pedagógica complementam-se, pois, as questões que os Temas Transversais abordam, expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida (BRASIL, 1998, p.31). Com a transversalidade pode-se abrir espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a maior relação com a realidade local e global vivida pelos alunos e gerar a compreensão de diversos objetos de conhecimento.

A prática da interdisciplinaridade nas escolas vem sendo discutida em diversas pesquisas e é defendida por diversos autores porque é estabelecido nos documentos oficiais como PCN e PNEA. Cruz e Zanon (2010) apresentam um estudo, onde afirmam que:

O ambiente escolar com projetos e ações pedagógicas interdisciplinares pode possibilitar a formação de cidadãos críticos e conscientes dos problemas globais e locais para a participação e tomada de decisões adequadas na tentativa de solucionar problemas.

Narcizo (2009), diz que utilizando a metodologia de projetos em EA é possível trabalhar de maneira interdisciplinar, como é proposto nos PCN. Esses projetos desenvolvidos nas escolas podem e devem ser desenvolvidos por meio de

atividades dinâmicas e participativas, articulando teoria e prática, estimulando a criatividade e o raciocínio dos estudantes. De acordo com o autor, projetos propostos por pequenos grupos ou atividades isoladas, podem não atingir a reflexão ou mudança de mentalidade dos discentes e outro obstáculo para o trabalho interdisciplinar encontrado é a dificuldade dos docentes para sua execução.

Conforme Grynszpan (1999), o ensino formal, ao conservar horários letivos sobrecarregados e grade curricular organizada de forma disciplinar, não favorece experiências interdisciplinares como demanda a EA. Segundo Pipitone e Nossllala (2010), também o despreparo dos docentes, o que é ocasionado pela formação dentro da universidade, quando chega em sala de aula, os profissionais não sabem lidar com a interdisciplinaridade. Bizerril e Faria (2001), constataram em pesquisas que fatores como capacitação dos professores, fragmentação dos conteúdos em disciplinas e anos letivos separados, falta de recursos econômicos, resistência às mudanças, problemas na estrutura interna e organizacional das escolas, carência de pesquisa teórico-metodológica e o despreparo do corpo técnico para lidar com o tema e desenvolver projetos são alguns dos aspectos que dificultam a implementação do tema no ensino fundamental.

Algumas discussões sobre EA defendem que a mesma deve ser uma disciplina específica no ensino formal. Mas além da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) que estabelece que a Educação Ambiental deve ser contínua e permanente, desenvolvida como prática integrada, contínua e permanente, em todos os níveis e modalidades do ensino formal, e não como disciplina específica, o PCN e alguns autores também defendem o tema interdisciplinar como Bernardes e Prieto (2010), quando diz que,

Se há críticas quanto à dificuldade de implantação da Educação Ambiental de forma interdisciplinar e transversal nas escolas e faculdades, é necessário reconhecer, de outro lado, que a questão ambiental não é, nem pode ser um conhecimento em si, independente das áreas afins.

Para Bernardes e Prieto (2010), a transversalidade desenvolve um novo diálogo permanente dentro e fora da sala de aula, afirmando que,

A contribuição pedagógica para a construção de uma nova relação entre homem e meio ambiente deveria se dar por meio da inserção das questões ambientais de forma transversal, na estrutura curricular dos conteúdos tradicionais, mas enriquecida com exemplos, práticas,

experiências, materiais educativos, mídias e atividades extraclasse que aproximem o estudante com o ambiente em que ele vive.

No entanto, o que percebe-se é que há dificuldade em imaginar que uma disciplina de EA consiga fugir da tendência intitulada por Paulo Freire como “educação bancária” que é vista nas salas de aula da educação brasileira, o que tornaria a disciplina com conteúdos determinados e teria como as outras, preocupação com notas, o que afrontaria a ideia da EA (BERNARDES E PRIETO, 2010). De acordo com Loureiro (2012, p. 31), “estabelecer a EA sob premissas ‘bancárias’ é favorecer uma educação tecnocrática e conservadora, que serve para ajustar condutas e adaptar aqueles que estão ‘fora da norma’ a aceitarem a sociedade tal como ela é”, ou seja, fazendo com que os social e economicamente excluídos vivam melhor sem problematizar a realidade.

A partir do que foi discutido neste tópico, conclui-se que a interdisciplinaridade e transversalidade estão interligadas na prática pedagógica, pois, as questões trazidas pelos Temas Transversais expõem as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva sem ser interdisciplinar. A transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos (BRASIL, 1996).

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no município de Cruz das Almas- Bahia, que segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) possui 58.606 habitantes, é localizado no Recôncavo da Bahia, dentro do bioma Mata Atlântica.

O município possui nove escolas públicas municipais do ensino fundamental anos finais segundo a representante da Secretaria de Educação do município, que compreende do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano. Destas, foram selecionadas aleatoriamente três escolas, sendo uma da zona rural e duas da zona urbana, para a realização da pesquisa que ocorreu no período de junho a outubro de 2014. A pesquisa, que possui cunho descritivo, foi direcionada aos professores que lecionam do 6º ao 9º ano de todas as disciplinas dos turnos matutino e vespertino dessas três escolas, que somam um total de 70 professores.

Para realização do trabalho, foi utilizada abordagem de pesquisa quali-quantitativa, optou-se pelo estudo qualitativo pelo aprofundamento da compreensão de um grupo social, de organizações/instituições ou de uma trajetória (GOLDENBERG, 2002, p. 14) e quantitativo porque atua em níveis da realidade, traduzindo em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (MINAYO, 2010) para com isso, obter melhor análise e compreensão dos dados levantados. Segundo Chizzotti (2003, p. 84), algumas pesquisas qualitativas “[...] não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de campo ou nas etapas em que estes dados podem mostrar uma relação mais extensa entre fenômenos particulares”. E de acordo Minayo (1996, p.] 22): “O conjunto dos dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Para o levantamento de dados, primeiramente, foi realizada uma reunião onde, na oportunidade foram fornecidas informações a respeito do projeto de pesquisa aos diretores, coordenadores e professores das escolas selecionadas. Posteriormente foram recolhidas as assinaturas dos termos de anuência das instituições coparticipantes, havendo um acordo de que a escola e professores não seriam obrigados a participar da pesquisa e aqueles que aceitassem participar não seriam identificados. Após acordo com as escolas participantes, o projeto foi

submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, *campus* de Cruz das Almas, por se tratar de norma interna dessa instituição, na qual foi gerada o CAAE: 31797214.7.0000.0056 (Anexo A). O projeto também foi aprovado no Centro de Ciências Agrárias, Biológicas e Ambientais, em 30 de junho de 2014, sob o processo 23007.007800/2014-09, e o mesmo encontra-se cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação com o código PRPPG913 (Anexo B).

Em um segundo momento, foi aplicado um questionário para coleta de informações sobre a atuação do professor, suas dificuldades, os recursos oferecidos pela escola e utilizados em suas práticas relacionadas à Educação Ambiental, porém, antes de aplicar o questionário, os professores que aceitaram e concordaram em participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A) e recebeu uma cópia assinada do mesmo, conforme recomendações da Comissão Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB.

Os questionários (Apêndice C) que foram respondidos pelos professores, constaram com perguntas objetivas, algumas delas com pedido de justificativa para as respostas escolhidas e outras descritivas. O questionário, que teve como principal objetivo buscar dados sobre a atuação do professor com relação à Educação Ambiental na escola. De um modo geral abordou o perfil do professor (tempo e área de formação); o nível de informação sobre Educação Ambiental, seu conceito e importância, atividades praticadas, se possuía obstáculos e quais seriam para inserir a temática, como também, o interesse em participar de curso sobre Educação Ambiental, como o tema é abordado em sala de aula, quais atividades seriam mais viáveis para tratar do assunto, se o professor aborda em sala de aula problemas locais relacionados à EA, dentre outras questões. Para elaboração do questionário, foram utilizadas regras citadas por Gil (2002).

Para obtenção de algumas informações a respeito da implantação da disciplina intitulada “Educação Ambiental”, após assinatura do TCLE (Apêndice B), foi realizada na Secretaria de Educação do município uma entrevista semiestruturada (também chamada de entrevista focalizada ou parcialmente estruturada), (Apêndice D) com a Diretora do Departamento Pedagógico. Gil (1999, p. 120) explica que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Para isso foram feitas algumas perguntas e dentre elas o porquê da EA

foi inserida na matriz curricular das escolas já que é um tema transversal, se são todas as escolas e todos os níveis de ensino que possui esta disciplina, dentre outras questões.

E para finalizar a coleta de dados foi realizada entrevista informal com os gestores pedagógicos e/ou administrativos de cada escola com o objetivo de analisar algumas respostas dadas pelos professores nos questionários, que segundo Gil (1999, p.119), esse tipo de entrevista é utilizada para “obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado”. Foram feitas três perguntas simples: se a escola ou município ofertam para os professores curso de capacitação com o tema Educação Ambiental; se a escola oferece a disciplina de EA; e se o Projeto Político Pedagógico apresenta o tema para ser trabalhado em sala de aula e caso presente, de que forma é inserido nesse documento.

Os dados coletados são de caráter confidencial e apenas serão divulgados os resultados gerais dos participantes da pesquisa que foram analisados a partir das respostas dos professores. E dessas informações estabeleceu-se discussões acerca das respostas e fundamentação teórica a respeito de cada aspecto destacado fazendo uma relação entre as fontes bibliográficas e discurso/prática dos professores, além da tabulação dos resultados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

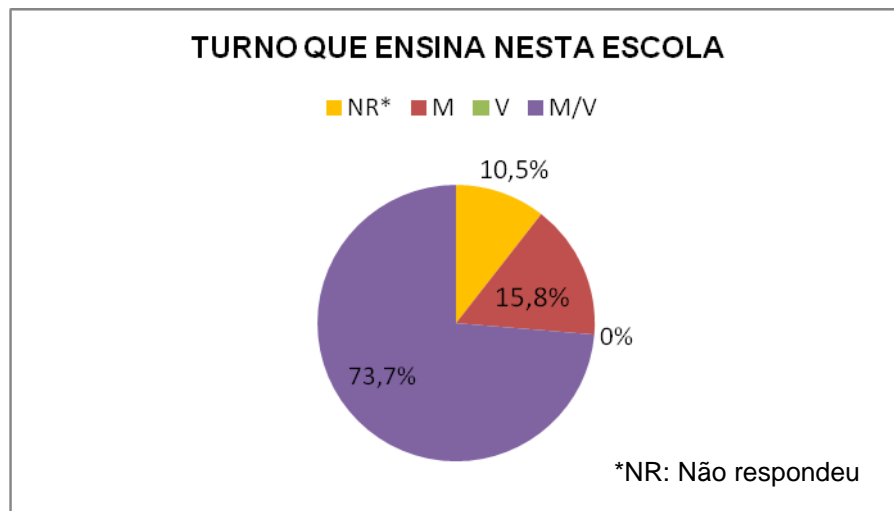
A análise e discussão dos dados encontram-se nessa etapa do trabalho, onde primeiramente, foram utilizados dados obtidos dos questionários traçando o perfil do grupo pesquisado como: sexo, idade, tempo de magistério na escola, maior grau de formação, tempo de formação, série (s), disciplinas e turno que leciona na escola. Na sequência, são apresentados tópicos que discutem a percepção que os sujeitos da pesquisa têm sobre o conceito e importância da Educação Ambiental; se tem conhecimento sobre o tema no Projeto Político Pedagógico da escola, se há desenvolvimento de Projetos na área de EA e em outras áreas e qual é o envolvimento dos alunos; relata também sobre os temas que abordam em sala de aula e se é abordado de maneira interdisciplinar; e por fim sobre a participação em cursos de capacitação.

5.1 Caracterização dos professores e implementação da educação ambiental no município

Dos 70 questionários aplicados aos professores das três escolas envolvidas na pesquisa, apenas 19 (27,1%) retornaram com as respostas, sendo que destes, a Escola A dos 42 professores apenas 11 (26,2%) devolveram os questionários; a Escola B dos 20 professores apenas 3 (15%) entregaram os questionários preenchidos e a Escola C dos 8 professores, 5 (62,5%) questionários foram entregues.

A falta de retorno dos questionários respondidos pelos professores foram, segundo os mesmos, devido a falta de tempo porque “trabalham muito, na maioria das vezes dois ou três turnos (Figura 1) para receber um salário que dê para sustentar a família, já que os salários são baixos”, outra justificativa dada foi “a copa do mundo que o calendário encurtou”, “não sou da área de Ciências nem de Educação Ambiental por isso não posso/ não sei responder”; “esqueci de responder, amanhã entrego”, “não tenho tempo”, “sou da disciplina de matemática e não sei responder nada sobre Educação Ambiental”, dentre outras justificativas. A maioria (73,7%) dos professores participantes da pesquisa leciona nos dois turnos, o que gera sobrecarga e falta de tempo acarretando na falta de planejamento das aulas e outros problemas que serão relatados posteriormente.

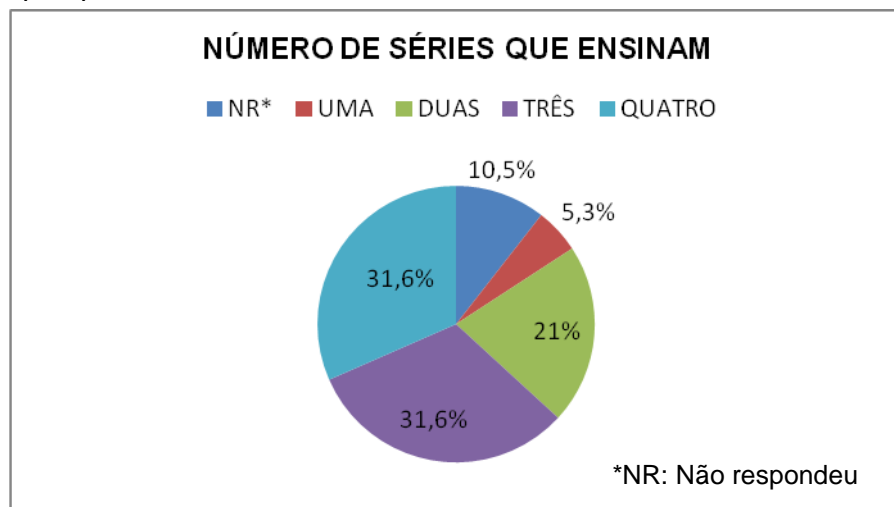
Figura 1 – Distribuição por turnos em que os professores lecionam na escola em que foram aplicados os questionários



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

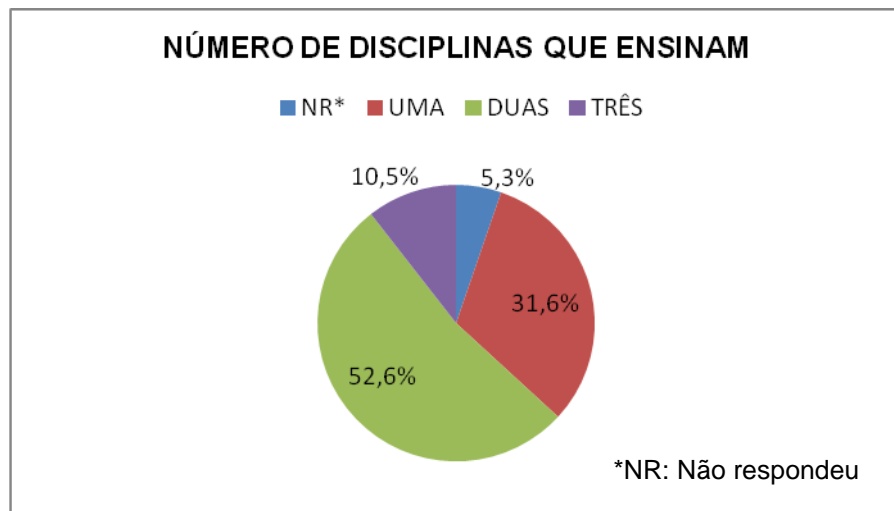
A coleta de dados foi dificultada pela falta de participação dos professores que se recusaram a responder por que segundo os mesmos, não são valorizados em sua carreira, com salários baixos, condições ruins de trabalho, carga horária alta, número de turmas e disciplinas elevadas (Figuras 2 e 3), motivos pelos quais também gera falta de planejamento e inovação das aulas. Nota-se com base na análise dos dados que a maioria dos professores leciona três (31,6 %) ou quatro (31,6 %) séries e a maioria (52,6%) lecionam duas disciplinas, justificando com isso a sobrecarga de trabalho para conseguir obter melhor renda.

Figura 2 – Série (s) que lecionam os professores participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Figura 3 – Quantidade de disciplinas que os professores lecionam



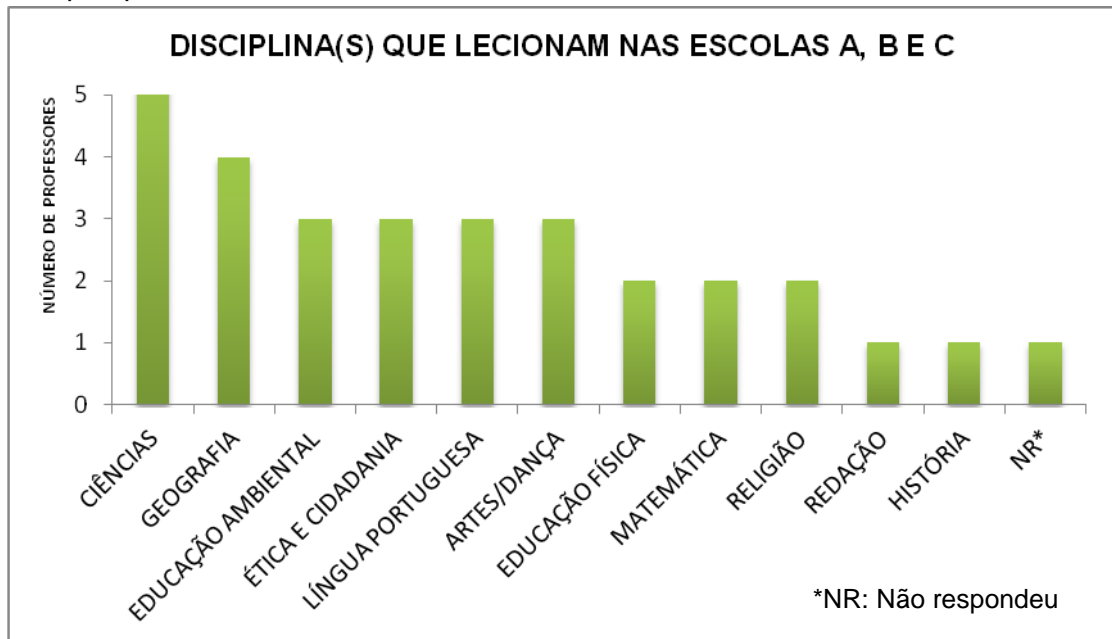
Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Apesar de ter sido apresentado o TCLE, muitos professores também ficaram constrangidos em responder, com receio de serem identificados, e um dos principais fatores pelo qual prejudica muito os discentes que atuam nas áreas pedagógicas e necessitam desses dados para realizar suas pesquisas, inclusive, trabalhos de conclusão de curso.

Dentre os questionários que foram entregues, 26,3% (5) eram de professores do sexo masculino, 73,7% (14) do sexo feminino e faixa etária entre 24 e 64 anos. Referente ao período de atuação do docente nas escolas verificou-se grande variação de tempo do docente que foi entre 1 ano e 28 anos de atuação.

A maioria dos professores participantes da pesquisa lecionam a disciplina de Ciências (6) e Geografia (4), seguindo de Educação Ambiental (3), Cidadania (3), Português (3), Artes/ Dança (2), Matemática (2), Educação Física (2), Religião (2), Redação (1) e 1 que não respondeu a disciplina ministrada (Figura 4).

Figura 4 – Demonstração das disciplinas lecionadas pelos professores participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Esses dados confirmam o que os autores falam sobre a relação que é feita entre EA e as disciplinas de Ciências e Geografia porque os professores de ambas as disciplinas e os da própria disciplina intitulada “Educação Ambiental”, foram os mais interessados em responder o questionário que possui como tema Educação Ambiental. Sendo que essa temática é vista na própria disciplina, trabalhada em sala de aula, não havendo conexões com as outras áreas. É necessário que haja uma capacitação dos professores, sensibilizando esses educadores de que a Educação Ambiental não deve ficar a cargo apenas de uma ou duas disciplinas específicas e sim permear toda a grade curricular (MORAES, 2002), porque,

[...] cada professor pode contribuir decisivamente ao conseguir explicitar os vínculos de sua área com as questões ambientais, por meio de uma forma própria de compreensão dessa temática, de exemplos abordados sobre a ótica de seu universo de conhecimentos e pelo apoio teórico-instrumental de suas técnicas pedagógicas (BRASIL, 1998).

A Educação Ambiental necessita ser praticada interdisciplinarmente, pois, segundo Leme (1996) essa prática pode ser conceituada “como uma maneira de organizar e produzir conhecimento buscando integrar as diferentes dimensões dos fenômenos estudados”, o que proporciona aos alunos conforme Moraes (2012) “um

contato com a realidade próxima, bem como a compreensão da dinâmica ambiental”. E ainda, de acordo com o PCN de Meio Ambiente (BRASIL, 1998, p. 194) que no ano de 2014 completa dezesseis anos de sua publicação que,

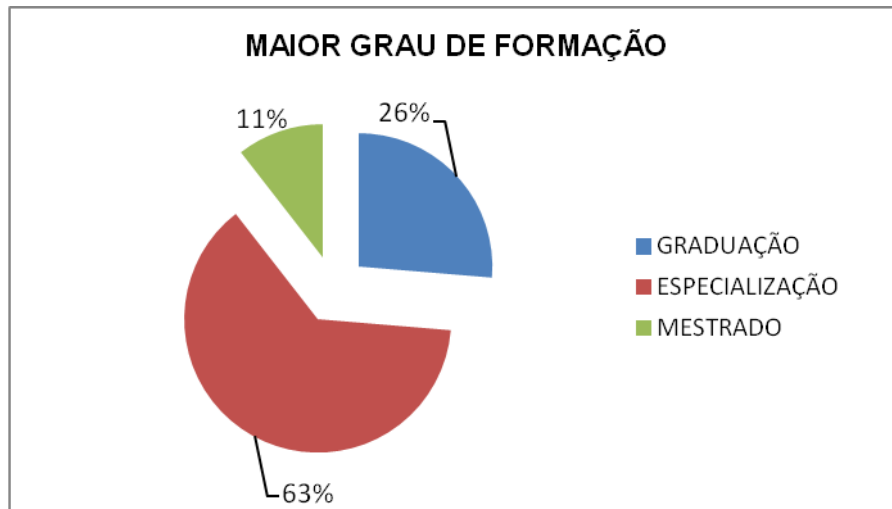
As áreas de Ciências Naturais, História e Geografia são as tradicionais parceiras para o desenvolvimento dos conteúdos aqui relacionados, pela própria natureza dos seus objetos de estudo. Mas as demais áreas ganham importância fundamental, pois, cada uma, dentro da sua especificidade, pode contribuir para que o aluno tenha uma visão mais integrada do ambiente: Língua Portuguesa, trabalhando as inúmeras “leituras” possíveis de textos orais e escritos, explicitando os vínculos culturais, as intencionalidades, as posições valorativas e as possíveis ideologias sobre meio ambiente embutidas nos textos; Educação Física, que tanto ajuda na compreensão da expressão e autoconhecimento corporal, da relação do corpo com ambiente e o desenvolvimento das sensações; [...] São todas fundamentais, não só por se constituírem em instrumentos básicos para os alunos poderem conduzir o seu processo de construção do conhecimento sobre meio ambiente, mas também como formas de manifestação de pensamento e sensações. Elas ajudam os alunos a trabalhar seus vínculos subjetivos com o ambiente, permitindo-lhes expressá-los.

A maioria dos professores possui como maior grau de formação, Especialização (63%), Graduação (26%) e outros com Mestrado (11%) (Figura 5), o que poderia assegurar uma maior capacitação para trabalhar com o tema EA, mas na verdade o que observa-se é que o ensino superior dos cursos de licenciatura são a maioria deficientes no que diz respeito à discussão do tema. Neste caso, já que ocorreu essa deficiência na formação, o melhor a propor é primeiramente melhores condições de trabalho com maiores salários e menor carga horária de trabalho, porque como diz Garcia (2014) professor,

[...] não tem que se envergonhar, a não ser com o salário. Professor é professor, o que ensina. O professor é o construtor do país, do futuro, precisa de salário que lhe dê tranquilidade para viver e lecionar preparado, para que possa se vestir dignamente, à altura da nobreza da profissão. Professor é mais que vereador, que prefeito, que não lhe pagam, porque nem é profissão, é missão (GARCIA, 2014).

Possibilitando assim que os professores planejem suas aulas, realizem seus cursos de capacitação tanto para os professores da Educação Básica de Ensino quanto de Nível Superior. Uma das causas que pode estar causando a falta da prática do tema em sala de aula pode ser a falta de capacitação, o que torna os professores desatualizados a respeito de como trabalhar com o tema.

Figura 5 – Grau de formação dos participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Em entrevista realizada com uma representante da Secretaria de Educação do município de Cruz das Almas, foi perguntado o porquê da inserção da disciplina Educação Ambiental na matriz curricular do município tema que é transversal. A resposta dada foi que a disciplina Técnicas Agrícolas foi trocada pela disciplina Educação Ambiental para dar continuidade ao que a primeira fazia, mas de forma mais direcionada ao Meio Ambiente, devido a preocupação que se tem com o tema. Durante a entrevista foi explicado também que a disciplina só foi inserida no Ensino Fundamental anos finais, e que segundo a mesma “as turmas de Ensino Fundamental anos iniciais trabalha dentro das disciplinas como História, Geografia, mas o currículo está sendo mudado agora e a disciplina também será inserida”. Ainda de acordo com a diretora, apesar de ser questionada pelos professores por ser um tema transversal, “a disciplina foi inserida no ano de 2014 por ser pouco explorada em sala de aula e que também foi distribuído um material de apoio para a disciplina de Educação Ambiental”.

A inserção da disciplina específica de EA no município é o inverso do que instrui os princípios apontados na Lei 9.795 e em outros importantes documentos que regem a EA, que é o da interdisciplinaridade como aparece nos parágrafos 10 e 11 da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999):

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º. A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§2º. Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§3º. Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Portanto, esta definição aborda a EA que trata de um processo de educação, e não pode ser instalada como uma disciplina específica incluída nos currículos escolares, mas deve estar implícita em todas as ações educativas, de uma prática pedagógica interdisciplinar, que deve ser desenvolvida em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, nos mais diferentes contextos educacionais.

A solução, no entanto, não é inserir a disciplina e sim elaborar um curso de capacitação para que além de ter compreensão sobre os documentos de referência que balizam a EA, mas que também possam vivenciá-los através de atividades e de reflexão como é sinalizado no Artigo 11, parágrafo único da Lei Nº 9.795 (BRASIL, 1999) que “os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental”.

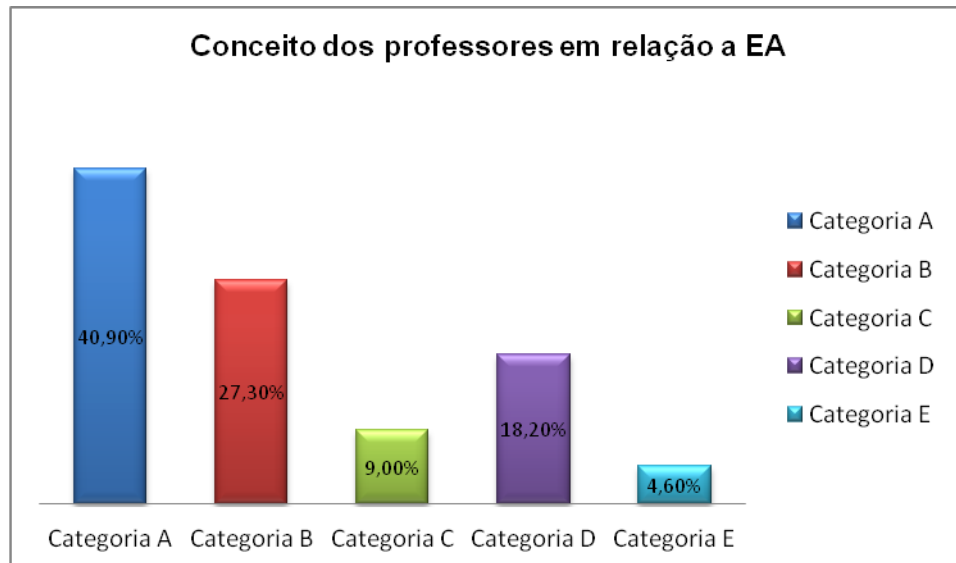
5.2 Conceituando a Educação Ambiental

Não existe apenas uma concepção de EA, e sim, inúmeros pensamentos e ações nos quais predominam a heterogeneidade e o debate do tema. Segundo o PCN de Meio Ambiente a questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida com a natureza e o uso adequado dos seus recursos naturais disponíveis proporcionando soluções para a crise ambiental através da formação de cidadãos críticos e sensibilizados de suas ações (BRASIL, 1998).

Para maior clareza do que os professores entendiam por Educação Ambiental, foram separadas as respostas referentes à questão 1 do questionário

(Apêndice 1) por categorias (Figura 6), por apresentarem duas ou mais respostas que levavam conceitos parecidos. E como identificação de cada Professor, foi adotada a letra P com um numeral em ordem crescente, seguida da disciplina lecionada pelo professor entre parênteses.

Figura 6 – Percepção dos participantes da pesquisa sobre o conceito de Educação Ambiental



Os conceitos de EA foram divididos em cinco categorias: **Categoria A** – Conservação/ Preservação; **Categoria B** – Disciplina/ Curso/ Transmissão de Informação; **Categoria C** – Ecologia; **Categoria D** – Não sei/ Não respondeu a pergunta; **Categoria E** – Mais próximo dos conceitos oficiais.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

A partir da análise das respostas (Figura 6) sobre o que os professores entendiam por EA, percebeu-se que o conceito de EA citado pelos professores está na maioria das respostas associado às palavras “conservação”, “preservação” e “natureza”, a partir daí, reuniu-se respostas com ideias de preservar, proteger, conservar, de busca de harmonia com a natureza, não degradação, não destruição e equilíbrio ambiental (Categoria A). Como é mostrado nas respostas dos professores a seguir:

- P4 (Ciências/Religião/Cidadania): "Cuidados com o meio ambiente - a fauna e a flora";
- P5 (Matemática): "Como conviver com o meio ambiente";
- P6 (Geografia/Educação Ambiental): "Importante para a formação dos alunos a fim de obter práticas para preservação do meio ambiente";

- P7 (Ciências/Artes): "Como formação do indivíduo capaz de vivenciar ações de conservação da natureza, garantindo assim uma melhor qualidade ambiental";
- P9 (Língua Portuguesa/Redação): "Comportamento adequado e mudança de hábitos simples que fazem uma grande diferença na vida do ser humano no que tange a educação ambiental";
- P11 (Língua Portuguesa): "Educação ambiental consiste na adoção de práticas necessárias para a preservação e conservação do meio em que o indivíduo está inserido";
- P14 (Ciências/Matemática): "A educação voltada para os cuidados com o meio ambiente, formando cidadãos críticos";
- P17: (Educação Física/Educação Artística): "É a educação voltada para a preservação do meio ambiente através do consumo consciente";
- P19 (História/Ensino Religioso): "Atitudes benéficas para com o meio ambiente".

As palavras conservação e preservação são repetidas inúmeras vezes. O tema EA é predominante relacionada a esses termos (40,9%), e esse fato dos docentes relacionarem a essas duas palavras, demonstra que o tema quando discutido em sala de aula é a partir da concepção conservacionista e preservacionista, onde o homem não faz parte integrante dessa natureza, mas de acordo com Gadotti (2000, p. 96),

A educação ambiental vai muito além do conservacionismo. Trata-se de uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que mantemos com a natureza e que implica atitudes, valores, ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada, com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e doméstico.

Percebe-se a dificuldade de se definir a EA de uma forma que não seja simplista ou reducionista. O que é observado na maioria das respostas dos professores é um discurso conservacionista, onde a todo momento fala-se em conservar, preservar os recursos naturais, o meio ambiente. Segundo Guimarães (1995, p.31) no trabalho de sensibilização é preciso estar claro que sensibilizar não é simplesmente transmitir valores verdes, pois essa é a lógica da educação tradicional. A sensibilização, na verdade, precisa ser de forma que possibilite o aluno a questionar criticamente os valores estabelecidos pela sociedade e até mesmo criticar os valores do próprio professor, permitindo que o aluno critique e confronte com diferentes valores em busca de novas atitudes.

[...] educar sem clareza do lugar ocupado pelo educador na sociedade, de sua responsabilidade social, e sem a devida

problematização da realidade, é se acomodar na posição conservadora de produtor e transmissor de conhecimentos e de valores como *ecologicamente corretos*, sem o entendimento preciso de que estes são mediados social e culturalmente (LOUREIRO, 2012, p. 27).

Outros conceitos bastante utilizados (27,3%) foram agrupados às respostas que se prenderam somente à transmissão de informação sobre o meio ambiente e seus problemas ambientais (Categoria B), estando associados a palavras como “disciplina”, “curso” e “formação”:

- P6 (Geografia/Educação Ambiental): "Importante para a formação dos alunos a fim de obter práticas para preservação do meio ambiente";
- P7 (Ciências/Artes): "Como formação do indivíduo capaz de vivenciar ações de conservação da natureza, garantindo assim uma melhor qualidade ambiental";
- P10 (Educação Física): "Um curso de suma importância para quem está cursando";
- P12 (Matemática): "Tem o objetivo de dissimular [sic] o conhecimento sobre o ambiente";
- P16 (Ciências): "Como uma disciplina que norteia como devemos cuidar do meio ambiente";
- P18 (Língua Portuguesa/Educação Ambiental): "É a disciplina que estuda a relação do homem com o meio ou o lugar onde vive bem como os principais [sic] problemas ambientais do planeta e desse lugar".

E como já mencionado, nos documentos oficiais o tema EA deve ser trabalhado como tema transversal e não como disciplina. E isso confirma-se no PCN onde diz que,

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais (BRASIL, 1998, p. 193).

Através desses depoimentos nota-se que a maioria dos professores pensa no papel da Educação Ambiental como difusor de conhecimentos sobre o meio ambiente, na intenção de mudar hábitos e comportamentos considerados predatórios e torná-los compatíveis com a preservação dos recursos naturais. Também é um equívoco pensar que através da transmissão de conhecimentos haverá uma mudança comportamental de cada indivíduo e que dessa forma vai

chegar a uma transformação da sociedade (CARVALHO, 2001). De acordo com Loureiro (2012, p.33), a EA,

[...] não atua somente no plano das ideias e no plano da transmissão de informações, mas no da existência, em que o processo de conscientização se caracteriza pela ação com conhecimento, pela capacidade de fazermos opções, por se ter compromisso com o outro e com a vida.

Outros professores (9%) relacionam o conceito de EA ao estudo ecológico do meio ambiente (Categoria C), como exemplos:

- P1 (Ciências/Educação Ambiental): "É o estudo da interação do homem com o meio ambiente";
- P18 (Língua Portuguesa/Educação Ambiental): "É a disciplina que estuda a relação do homem com o meio ou o lugar onde vive bem como os principas [sic] problemas ambientais do planeta e desse lugar".

Nota-se nessas falas outra forma bastante comum de conceituar a EA, que é relacionar com a Ecologia (LOUREIRO, 2008). Essa relação é muito vista nos livros didáticos e outros meios como internet, onde ensina a ecologia e relaciona apenas os problemas ambientais, por isso é uma ideia muito disseminada por serem meios utilizados pelos professores como apoio nas aulas.

Foram agrupadas também em outra categoria (Categoria D) tanto as respostas "Não sei", como as que não responderam realmente a pergunta (18,2%) como, por exemplo,

- P2 (Não disse a disciplina): Não respondeu;
- P3 (Geografia/Cidadania): "E tem um conceito definitivo?";
- P8 (Geografia): "Necessidade";
- P13 (Artes/Dança): "Eu sou o próprio ambiente se não cuida eu morro".

E por fim, agrupou-se as respostas que estão mais próximas do significado da Educação Ambiental expostos nos documentos oficiais (Categoria E) e notou-se apenas uma resposta (4,6%) que chega mais próxima desse significado que é a seguinte:

- P15 (Geografia/Ética/Cidadania): "Proporciona o desenvolvimento da compreensão sobre a problemática ambiental local e global".

A resposta deste professor se aproxima do conceito de Cruz e Zanon (2010) quando afirma que

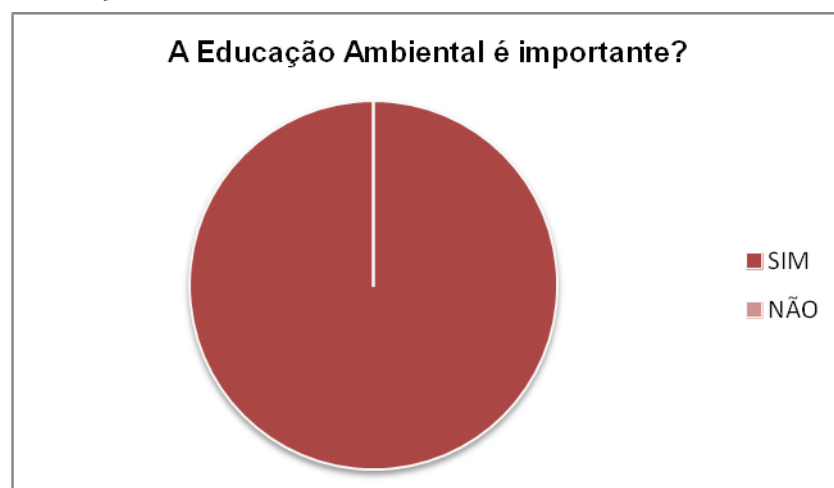
O ambiente escolar com projetos e ações pedagógicas interdisciplinares pode possibilitar a formação de cidadãos críticos e conscientes dos problemas globais e locais para a participação e tomada de decisões adequadas na tentativa de solucionar problemas.

A Educação Ambiental só apresentará resultados coerentes conforme Loureiro (2012, p. 18) quando “se incorporar em seu fazer cotidiano a completa contextualização da complexidade ambiental” e para chegar a esses resultados é necessário segundo o autor, “o envolvimento das dimensões social, econômica, política, ideológica, cultural e ecológica do problema ambiental, em suas conexões territoriais e geopolíticas” através da promoção de “leituras relacionais e dialéticas da realidade” gerando com isso, além das mudanças culturais que possam conduzir à ética ambiental, “mudanças sociais necessárias para a construção de uma sociedade ecologicamente prudente e socialmente justa, incentivando não apenas a ação individual na esfera privada, mas também a ação coletiva na esfera pública”.

5.3 Importância da Educação Ambiental

Analisou-se as respostas da questão 2 do questionário onde foi questionado sobre a importância da inserção da EA na escola (Figura 7).

Figura 7 – Percepção dos professores sobre a importância da Educação Ambiental



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Posteriormente, pediu-se para explicar, mas apenas alguns justificaram a pergunta como é mostrado abaixo:

- P3 (Geografia/Cidadania): "Para melhorar na formação e conscientização dos alunos em relação a preservação do ambiente";
- P4 (Ciências/Religião/Cidadania): "Interesse de todos";
- P5 (Matemática): "Para educar, disciplinar, respeitar e cuidar do meio ambiente";
- P8 (Geografia): "É ético e se faz necessário, diante do descaso o qual a situação é tratada";
- P9 (Língua Portuguesa/Redação): "A escola é um dos ambientes essenciais para conscientização e reconstrução de conceitos";
- P10 (Educação Física): "Porque seria mais um tipo de cultura e conhecimento para os alunos";
- P14 (Ciências/Matemática): "O aprendiz vive constantemente em contato com o meio ambiente, com atitudes que favorece ou não o ambiente. Portanto o aprendiz precisa deste conhecimento";
- P16 (Ciências): "Através dela, dos ensinamentos ficamos mais sensíveis, despertamos";
- P17 (Educação Física/Educação Artística): "Pois favorece o conhecimento e a atuação consciente junto ao meio ambiente";
- P19 (História/Religião): "Precisamos sensibilizar todos os cidadãos para a preservação do meio ambiente".

Novamente o que nota-se são respostas relacionadas ao preservacionismo, conservação do meio ambiente e ensino. A EA tem uma grande importância de ser discutida em sala de aula que de acordo com os PCN (1998, p. 181):

A preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno – em seu meio, sua comunidade – não é novidade. Ela vem crescendo especialmente desde a década de 60 no Brasil. [...] Porém, a partir da década de 70, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou-se a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental” para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não governamentais por meio das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais. Um importante passo foi dado com a Constituição de 1988, quando a Educação Ambiental se tornou exigência a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais (artigo 225, § 1º, VI).

O tema, apesar das dificuldades de inserção, é muito importante ser trabalhado nas escolas, e essa importância explica Lucas et al. (2007), é porque,

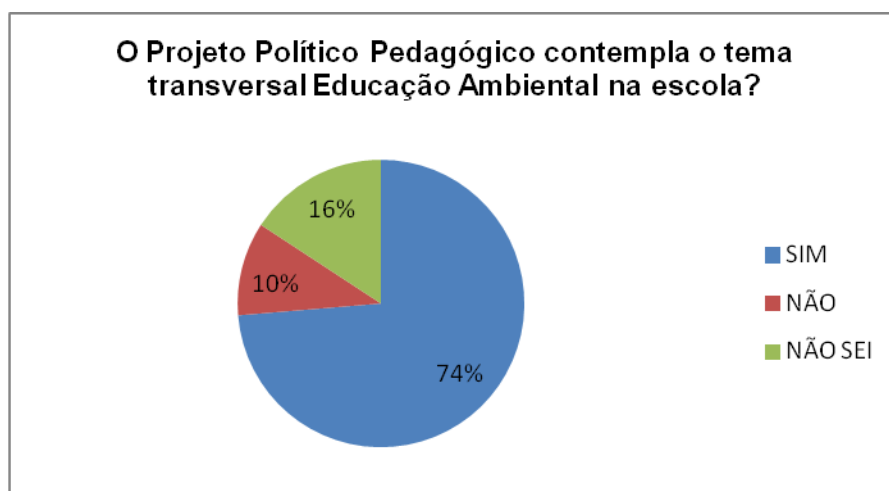
“[...] além de permear toda prática educacional na busca de uma ação reflexiva e crítica da realidade, também deve como tema transversal, possibilitar a opção por diferentes situações desejadas, como responsabilidade, cooperação, solidariedade e respeito pela vida. Dentro de uma visão construtivista interdisciplinar do conhecimento, a EA visa a consolidação da cidadania a partir de conteúdos vinculados ao cotidiano e aos interesses da maioria da população”.

Além de ser recomendada pelas conferências internacionais, exigida pela Constituição e declarada como prioritária por todas as instâncias de poder, é necessário ressaltar que a Educação Ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque ela implica mobilização por melhorias profundas do ambiente, e nada inócuas. A EA quando bem realizada, leva a mudanças de comportamento pessoal, de atitudes e valores de cidadania que podem ter importantes consequências sociais (BRASIL, 1997).

5.4 Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico

Uma das perguntas do questionário fazia referência ao Projeto Político Pedagógico (PPP) se o mesmo contempla o tema transversal Educação Ambiental na escola. Apenas 10% dos professores responderam que não é contemplado, ambos da Escola A, enquanto que, 16% responderam que não sabiam, estes também da Escola A e 74% dos professores responderam que o PPP da escola contempla o tema transversal EA (Figura 8).

Figura 8 – A Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico da Escola



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Na Escola A o PPP ainda não está pronto, segundo a diretora, está em elaboração; na Escola B conforme a diretora, o PPP está sendo reformulado “porque está defasado” e na Escola C, a coordenadora explicou que não pode disponibilizar o PPP porque está em processo de mudanças justamente na área referente ao tema

EA que está sendo inserido o Projeto Despertar. Isso mostra que a maioria dos professores não tem conhecimento sobre o PPP da escola, se contempla o tema EA, se está inserido como tema transversal e se nele cita para ser trabalhado interdisciplinarmente.

Na pergunta posterior foi solicitado àqueles que disseram que o PPP da escola não contempla o tema EA, para mencionar qual o instrumento que norteava a discussão do tema Educação Ambiental na escola; P7 (Ciências/Artes) respondeu que era "O livro didático e o programa elaborado pelo professor", P9 (Língua Portuguesa/Redação) disse que "O próprio educador em sala de aula". Mas será que nos livros didáticos e, se é abordado, a forma como esta abordagem acontece e quando inserido é da forma como instrui os documentos oficiais?

A partir de leitura e análise de artigos que traz a discussão sobre a inserção do tema no PPP, foi observado que os autores destacam sobre a importância de uma estruturação adequada com a participação dos docentes, discentes e comunidades do entorno para o planejamento e execução, onde o desenvolvimento do trabalho seja coletivo, se adequando assim a realidade local. De acordo com Ferrari e Zancul (2010), a EA deve estar presente nas escolas, inserido no cotidiano do professor, fazendo parte dos PPP e que deve ser devidamente fundamentado para orientar os docentes e as atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes, e a partir daí serão construídas com os alunos experiências que consolidem novos valores e hábitos, transformando-os em sujeitos ativos em suas comunidades, levando-os a refletirem sobre o espaço onde vivem, buscando contribuir assim com o Meio Ambiente.

Bernardes e Prieto (2010) reforça que é:

Importante destacar que os parâmetros nacionais, tanto para o ensino fundamental, quanto para o ensino médio, são referência para elaboração dos projetos pedagógicos de cada instituição escolar, que gozam de relativa autonomia para definir a forma de incorporar tais diretrizes (BERNARDES; PRIETO, 2010).

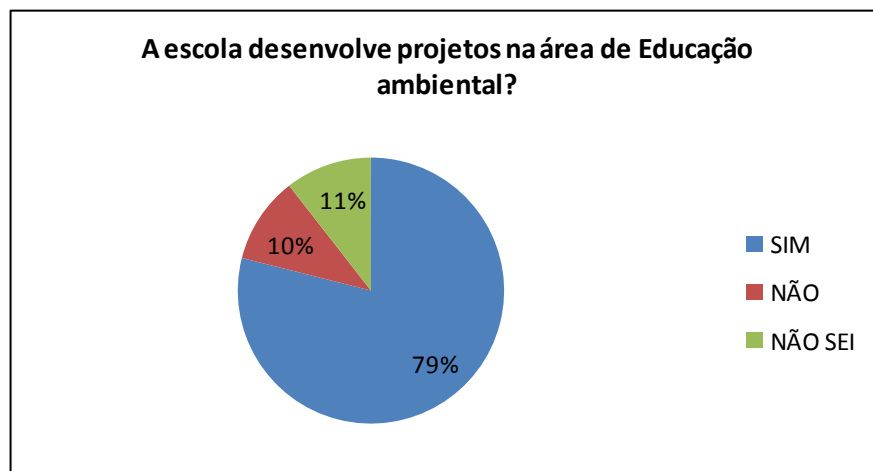
Diversos autores relatam sobre a importância em se elaborar os Projetos Políticos Pedagógicos inserindo o tema EA com a participação de docentes, discentes e comunidade contribuindo para a formação crítica, aberto para a cooperação e o intercâmbio entre as diferentes disciplinas. Mas o que nota-se nas três escolas é que os PPP não estão prontos, o que torna assim o trabalho docente

difícil, pelo fato de não ter esse projeto que é um instrumento norteador da escola.

5.5 Desenvolvimento de Projetos na área de Educação Ambiental e envolvimento dos alunos

A maioria dos professores (79%) respondeu que a escola desenvolve projetos com o tema Educação Ambiental, 11% disseram que não sabem e 10% disseram que não desenvolve projeto com o tema (Figura 9). Mas o que é observado na realidade é que as escolas não desenvolvem projetos com a temática, como dito anteriormente, a forma de inserção da EA é através da disciplina.

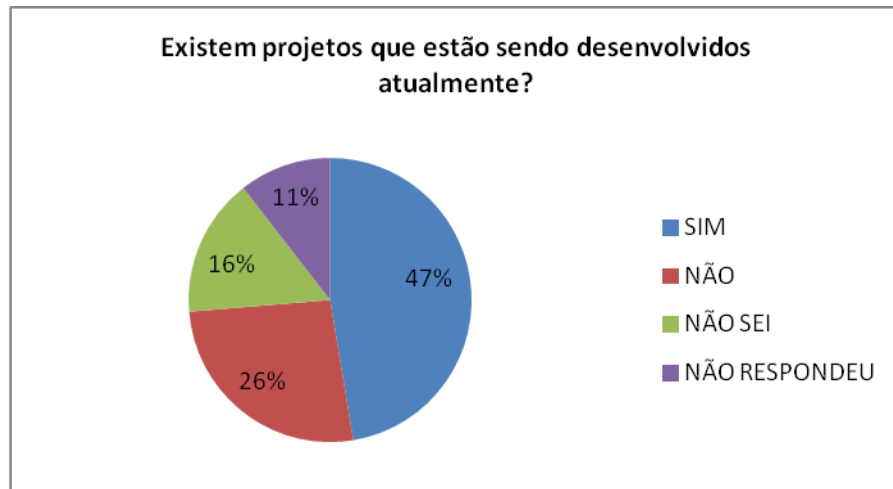
Figura 9 – Projetos de Educação Ambiental desenvolvidos na Escola



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Quando questionados sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos atualmente na escola, 11% não responderam, 16% responderam que não havia, 26% responderam que não está sendo desenvolvido projeto e 47% disseram que está sendo desenvolvido alguns projetos (Figura 10).

Figura 10 – Projetos desenvolvidos na Escola



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

- P3 (Geografia/Cidadania): "Projeto literário e a feira hispânica. e estão envolvidos todos professores de todas disciplinas";
- P10 (Educação Física): "Educação física... Professores= 03";
- P13 (Artes/Dança): "Escola limpa.", "Todos";
- P14 (Ciências/Matemática): "Projeto: lixo; projeto: placa.", "Todos, mas a responsável é a professora da disciplina.";
- P15 (Geografia/Ética/Cidadania): "Projeto 'despertar' [sic] aborda o tema sustentabilidade", "Todos";
- P16 (Ciências): "Despertar.", "Todos os professores";
- P17 (Educação Física/Educação Artística): "Projeto despertar. Tema sustentabilidade.", "Os professores de todas as disciplinas estão contribuindo 08 professores";
- P18 (Língua Portuguesa/Educação Ambiental): "Estudo das nascentes e projeto despertar.", "Todos";
- P19 (História/Religião): "Projeto sobre as nascentes na comunidade - despertar", "Todos os professores, será interdisciplinar".

As respostas foram variadas, sendo que dá pra perceber que existem projetos que estão sendo desenvolvidos na escola, porém com outros temas. Nota-se também o pouco envolvimento dos professores porque as informações estão embaralhadas entre os professores e é notório que apenas alguns professores participam porque cada professor cita um projeto diferente.

Durante a execução da pesquisa os professores foram questionados sobre o envolvimento dos alunos nos projetos da escola. Deste apenas 8 (oito) professores não responderam a essa questão, o que pode ser explicado pela falta dessa informação o que fica subentendido que há pouco envolvimento nos projetos e aqueles que responderam disseram que:

- P3 (Geografia/Cidadania): "Ótima a [sic] uma grande participação dos alunos";
- P9 (Língua Portuguesa/Redação): "Satisfatória";
- P10 (Educação Física): "Ótimo";
- P11 (Língua Portuguesa): "Eles demonstram interesse e empenho na execução.";
- P12 (Matemática): "Participação boa";
- P13 (Artes/Dança): "Total";
- P14 (Ciências/Matemática): "Excelente, pois todos são convocados à participar.";
- P16 (Ciências): "Pesquisando, assistindo as aulas";
- P17 (Educação Física/Educação Artística): "Regular";
- P18 (Língua Portuguesa/Educação Ambiental): "Ótima, sem maiores problemas";
- P19 (História/Religião): "Boa".

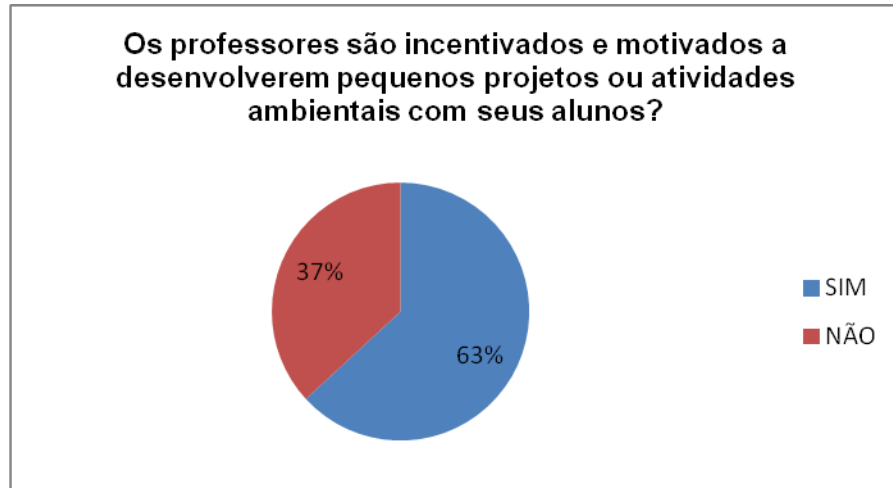
A partir da análise nas respostas acima os professores estão satisfeitos com a participação dos alunos nos projetos, mas será que está sendo atingidos os objetivos? Os professores estão dando apoio, motivação e instrução aos alunos durante a realização de projetos? Porque caso contrário, os projetos se tornam evasivos, sem sentido, somente para dar nota, para julgar os alunos.

Na questão 8 foi perguntado quais as principais dificuldades (se tiver), para desenvolver um projeto de Educação Ambiental. Dos professores envolvidos apenas 9 responderam da seguinte maneira:

- P1 (Ciências/ Educação Ambiental): "Falta de incentivo dos órgãos competentes";
- P3 (Geografia/Cidadania): "Motivação e insentivo [sic]";
- P7 (Ciências/Artes): "A falta de parceria da escola.";
- P9 (Língua Portuguesa/Redação): "Material pedagógico e didático para que o projeto aconteça, pois a escola não oferece.";
- P10 (Educação Física): "A melhor possível.";
- P11 (Língua Portuguesa): "Na implantação de projetos, geralmente, a dificuldade encontrada é a sensibilização das partes envolvidas para um trabalho coletivo.";
- P13 (Artes/Dança): "Materiais";
- P15 (Geografia/Ética/Cidadania): "Trabalhar de forma interdisciplinar.";
- P17 (Educação Física/Educação Artística): "Material didático".

Analisando todas as respostas observa-se que os professores relacionam as dificuldades na implantação dos projetos principalmente a falta de incentivo, motivação e falta de materiais didáticos. Essas justificativas também respondem a questão posterior quando perguntado se os professores são incentivados e motivados a desenvolverem pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos, sendo que 63% disseram que sim e 37% não há incentivos (Figura 11).

Figura 11 – Incentivo e motivação para desenvolverem projetos nas escolas

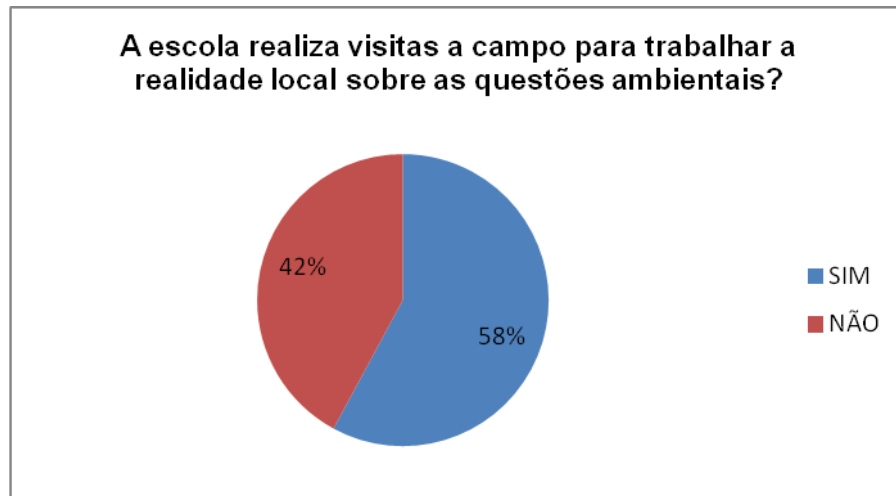


Fonte: Dados da pesquisa, 2014

5.6 Interdisciplinaridade e a Educação Ambiental

Para saber de qual forma a EA é trabalhada pelos professores em sala de aula foram realizadas algumas perguntas como: se a escola realiza visitas a campo para trabalhar a realidade local sobre as questões ambientais. Após análise observou-se que 58% dos professores disseram que sim sendo que P13 (Artes/Dança) respondeu nessa questão que “Agora sim”, 42% disseram que não realizava visita a campo (Figura 12), sendo que o P6 (Geografia/Educação Ambiental) justificou que não realiza "por conta da violência que se encontra na cidade".

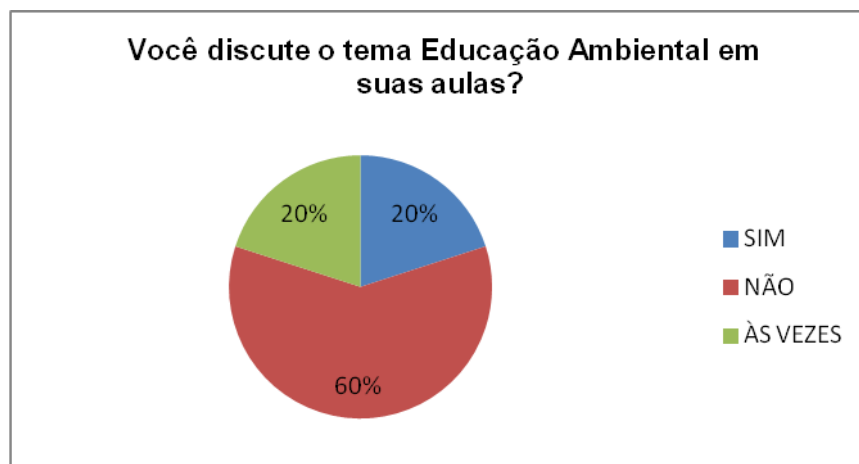
Figura 12 – Realização de visitas a campo nas escolas



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Outra questão feita aos professores foi se os mesmos discutem o tema EA nas aulas (Figura 13).

Figura 13 – Discussão do tema Educação Ambiental nas aulas



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

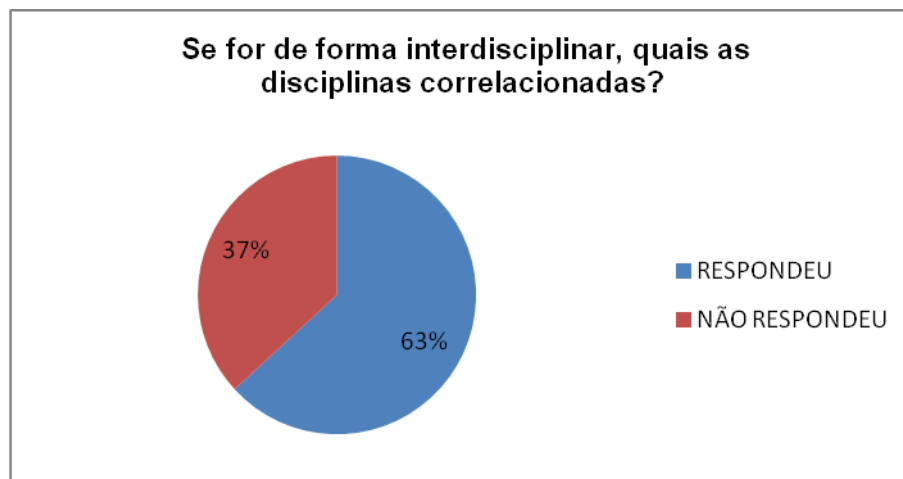
Nas justificativas, os professores que disseram que **não discutem o tema** nas aulas, P10 (Educação Física) disse que “não, porque o tipo de aula é outra”. Apenas o P7 (Ciências/Artes) disse que **utiliza o tema às vezes** alegando que utiliza nos conteúdos específicos. Já os que disseram que **utilizam sempre o tema** em sala de aula, P1, P3, P5 e P18 responderam que utilizam nos conteúdos específicos. Já P4, P6, P9, P13, P14, P15, P17 e P19, trabalham com o tema de maneira interdisciplinar, P17 (Geografia/Ética/Cidadania) complementou a resposta dizendo “Tudo haver com a disciplina que leciono”. E P8 (Geografia) e P16

(Ciências) afirmaram que trabalham nos conteúdos específicos e de maneira interdisciplinar.

A partir desses dados notou-se que alguns professores se preocupam tanto em ensinar os conteúdos que são resistentes em desenvolver projetos por achar que irá atrapalhar no desenvolvimento dos conteúdos de sua disciplina. O que percebe-se também é a falta de habilidade dos professores em adaptar o conteúdo das disciplinas ao tema dos projetos que são muito importantes serem trabalhados. Conforme Follari (1999, p. 32 apud SILVA, FERREIRA; 2013) "a interdisciplinaridade é fruto de árduo trabalho de comunicação mútua, sempre conflitante, entre aqueles que provêm de disciplinas diferenciadas" e, por isso, "requer muito trabalho de preparação fora da aula, tanto para assegurar a confluência dos conteúdos e certos acordos no uso da linguagem como para preparar de modo concreto as atividades docentes rotineiras".

Foi questionado também se os professores trabalham o tema de forma interdisciplinar, quais as disciplinas são correlacionadas e muitos ficaram sem responder (Figura 14).

Figura 14 – A Discussão do tema Educação Ambiental de forma interdisciplinar e a relação com outras disciplinas



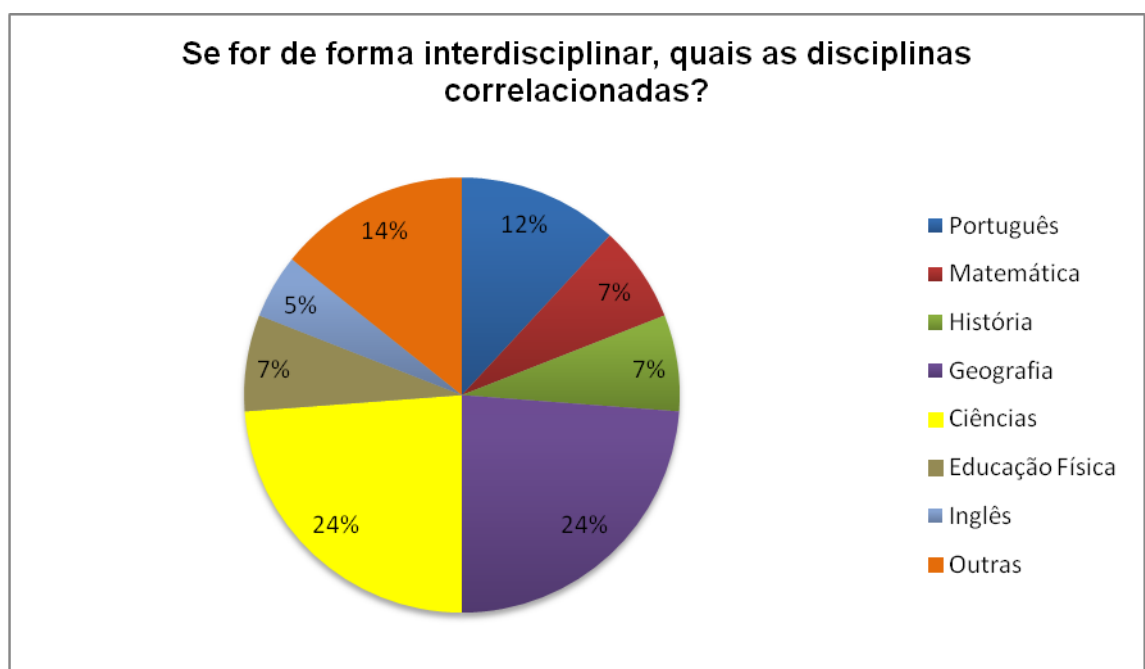
Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Pode-se inferir que as razões principais pela deficiência dos professores em relação à interdisciplinaridade podem ser devido à insegurança e falta de domínio dos temas e a "responsabilidade" representada pelos projetos. Outro fator é a remuneração, que não estimula suficientemente o professor a dedicar mais tempo a

escola, pois, muitos professores trabalham em mais de uma escola, em vários turnos para complementar seu orçamento e têm seu tempo livre reduzido para desenvolver outras atividades, como planejamento e execução de projetos, e outras situações que inibem a ação do professor, como é o caso da violência e falta de respeito nas escolas.

E as disciplinas que os sujeitos da pesquisa correlacionam o tema são os seguintes:

Figura 15 – Relação do tema EA com as disciplinas



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Na maioria das respostas é notado a correlação com a disciplina Geografia e Ciências, o que confirma o que diversos autores falam sobre o mau conceito feito da EA que sempre associam com as disciplinas de Ciências e Geografia, pensando que são as únicas que podem ser trabalhado o tema. De acordo com Bernardes e Prieto (2010), é útil ressaltar que nenhuma área (Geografia, Química, Biologia, Ciências) consegue, isoladamente, tratar todas as questões ambientais. Então à comunidade escolar será a responsável por inserir a temática ambiental no Projeto Político Pedagógico da instituição e definir os projetos e ações que pretende realizar.

Os temas mais citados para abordar a EA em sala de aula de acordo com os questionários foram:

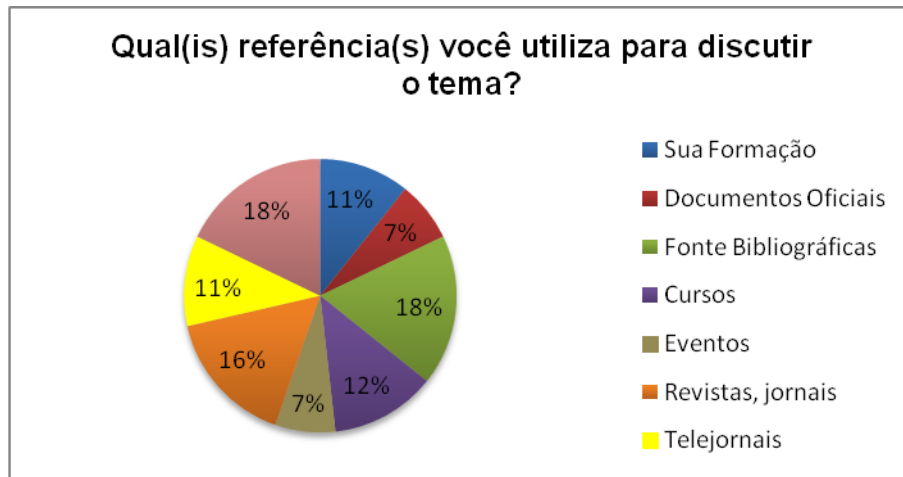
- P1: "Lixo, efeito estufa, desmatamento, água, esgotamento sanitário";
- P3: "Questão ambiental, desmatamento, poluição, aquecimento global";
- P6: "Poluição; sustentabilidade";
- P7: "Água";
- P8: "Descarte de lixo, tipos de lixo, reciclagem, capitalismo; consumismo x matéria-prima";
- P10: "Nem uma [sic]";
- P11: "São abordados: a preservação, a destinação do lixo, a conservação, etc.";
- P13: "Importância do uso da água. preservação do meio ambiente - o lixo";
- P14: "O meio ambiente. cidadania";
- P15: "O crescimento urbano-industrial [sic], reciclagem, economia de água, poluição ambiental";
- P16: "A água, lixo, floresta";
- P17: "Água e resíduos";
- P19: "Fontes de energia/ sustentabilidade/ consumo consciente/ recursos renováveis e não renováveis";
- P19: "Preservação= desperdício da água e a produção do lixo".

Ou seja, a maioria dos temas relacionados à preservação e conservação do meio ambiente. E em relação à preparação das aulas relativas ao tema e quais referências são utilizadas para discutir o tema:

- P1: "Aulas expositivas/explicativas, debates, trabalhos, apresentação de vídeos";
- P6: "Discussão, debate/seminários/palestras";
- P7: "Diálogo, pesquisas, debates, entrevistas, simulações, gráficos";
- P10: "Aula teórica e prática";
- P11: "Leituras, debates, exposições, discussões e outros";
- P13: "Texto- apostila- filme- aula expositiva- confecção de materiais";
- P14: "Análise de documentários; produção de cartazes; produção de placas sobre o meio ambiente; construção de lixeira";
- P15: "Pesquisas, trabalho de campo, seminários e outros";
- P16: "Vídeos sobre o assunto, trabalho de campo. pesquisa de campo";
- P17: "Seminários, pesquisas, filmes";
- P18: "Oficinas, trabalho em equipe, pesquisas, vídeo, aula expositiva [sic]";
- P19: "Conversa informal, rodas de conversas, histórias etc.".

Em relação à preparação das aulas relativas à Educação Ambiental, os professores responderam que as referências utilizadas para discutir o tema são:

Figura 16 – Em relação à preparação das aulas relativas à Educação Ambiental, quais as referências utilizadas pelos professores



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Outro questionamento foi se consideram que sua prática em Educação Ambiental em sala de aula contribui(u) para formar cidadãos críticos. Apenas 4 não responderam, um respondeu "mais ou menos" e os outros responderam que sim dando como justificativa:

- P3 "Porque esclarece alguns temas pertinentes a preservação ambiental";
- P13: "O que preserva hoje teremos no futuro";
- P16: "Através de alguns exemplos, discursões [sic] posso observar que os alunos compreenderam e as opiniões deles";
- P17: "Pois trabalhamos com textos midiáticos, jornalísticos, filmes e promovemos debates";
- P19: "Pois busco despertar nos meus alunos a consciências crítica".

Referente à abordagem em sala de aula sobre problemas locais relacionados à Educação Ambiental, 3 professores não responderam, 1 respondeu que às vezes, 3 responderam que não aborda e os outros responderam que sim e apenas o P12 justificou que aborda os temas "A falta de água em s. paulo [sic] e a poluição dos rios. se tivesse preservação hoje teria água limpa".

Segundo Fazenda (2001, p.14),

[...] a formação na educação à, pela e para a interdisciplinaridade se impõe e precisa ser concebida sob bases específicas, apoiadas por trabalhos desenvolvidos na área, trabalhos esses referendados em diferentes ciências que pretendem contribuir desde as finalidades particulares da formação profissional até a atuação do professor.

Conforme Pippitone e Nossllala (2010), o tema Meio Ambiente não é tratado de forma transversal, devido à falta de qualificação do corpo docente e por suas

dificuldades em adaptar a temática à disciplina ministrada, causada pela falta de compreensão das diretrizes. E uma formação docente diferenciada demanda repensar as licenciaturas e, também, repensar o que as escolas e os seus profissionais estão compreendendo como formação continuada. Pensar na criação de propostas de formação inicial e continuada que elucide as interrelações e as interdependências das ciências (MARINHO, 2004, p.45).

Há aqueles autores que defendem a inserção da disciplina específica de Educação Ambiental no currículo escolar da educação básica, muitos projetos solicitando a inclusão da disciplina. Segundo Bernardes e Prieto (2010) quase todos os projetos e indicações argumenta sobre a importância da EA como componente escolar e que incluí-la poderá produzir resultados mais efetivos. Alguns argumentos apresentados como defesas da disciplinarização da EA são:

- A transversalidade não funciona na prática, nem há garantias de que ela seja praticada nas escolas e instituições de ensino;
- Como uma disciplina, a Educação Ambiental ganharia “espaço” na grade curricular e com isso visibilidade e materiais didáticos específicos;
- Há diversos Educadores Ambientais, muitos formados em cursos de extensão e de especialização, mas que tem, muitas vezes como obrigação, que ministrar aulas de Português, Geografia, Ciências, Química para desenvolver atividades de Educação Ambiental nas escolas;
- Boa parte dos professores não está preparada nem capacitada para realizar projetos de Educação Ambiental. E mesmo que houvesse preparo, um grande contingente de professores não tem interesse, nem didática ou conhecimento, para problematizar, junto com sua disciplina específica, as questões ambientais (BERNARDES E PRIETO, 2010).

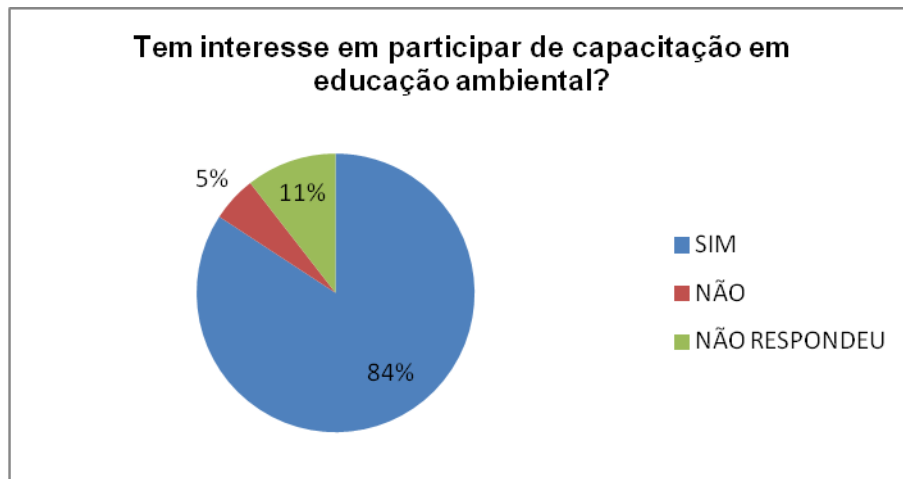
Inserir o tema como disciplina não é a solução e sim a reformulação do PPP das escolas, oferta de cursos de capacitação, além de educadores ambientais nas escolas para que auxiliem nas atividades e projetos interdisciplinares, intervindo nas aulas e fiscalizando a inserção desse tema que é de extrema importância.

5.7 Formação Continuada dos Professores

Por fim, foi perguntado se os professores têm conhecimento sobre a oferta de curso de capacitação em Educação Ambiental na escola ou município. Dos professores que participaram da pesquisa, 3 não responderam essa questão, 3 responderam que não sabiam, 7 disseram que não é oferecido curso de capacitação

em EA e P13 justificou ainda que "A matéria só foi implantada este ano. ainda não" e os demais (6) responderam que oferece o curso. Posteriormente, foi perguntado se os professores têm interesse em participar de curso de capacitação em Educação Ambiental (Figura 15).

Figura 17 – Interesse dos professores em participar de curso de capacitação em Educação Ambiental



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Na realidade, em nenhuma das três escolas é ofertado e nunca foi oferecido o curso de capacitação em EA. Na Escola A não oferece o curso, mas oferece a disciplina; na Escola B, oferece a disciplina, o curso não, mas segundo a diretora da escola, a mesma já foi até a secretária de educação para pedir para retirar a disciplina porque segundo a mesma se torna repetitiva porque já tem a disciplina de Ciências, mas como resposta a secretaria de educação informou que a disciplina deve permanecer; na Escola C o curso não é oferecido aos professores, mas que a escola vai oferecer o Projeto Despertar que irá trabalhar o tema.

A necessidade de capacitação por meio de cursos, oficinas e material impresso é frequentemente ressaltada pelos professores, especialmente a respeito dos temas transversais apresentados nos PCN, como meio ambiente, orientação sexual e drogas. Segundo Bizerril e Faria (2001), esses temas não são, ou não foram discutidos durante a formação acadêmica, deixando lacunas na formação do professor.

A educação formal que no Brasil é constituída pelos níveis fundamental, médio e superior, ao que se somam a pesquisa e a extensão e a pós-graduação. De acordo com Santos (2002, p. 269) "formação de professores constitui um momento

especial neste sistema e deveria receber tratamento especial, já que é deles que se espera a formação de cidadãos e de outros profissionais”.

Conforme Medina (1994) existem várias dificuldades em inserir a EA no ensino formal, que são:

- a) a fragmentação do conhecimento em disciplinas separadas e sem elo para o estudo do meio natural e social;
- b) formas tradicionais de ensino dando prioridade a conhecimentos teóricos, abstratos e informativos em detrimento dos problemas concretos e regionais;
- c) defasagem de atualização dos docentes em relação aos avanços do conhecimento científico;
- d) questões ligadas aos sistemas de educação formal, como falta de recursos econômicos, resistência às mudanças e problemas na estrutura interna e organizacional das escolas. Além destas, inclui-se também a carência de pesquisa teórico-metodológica e o despreparo do corpo técnico para lidar com o tema e desenvolver projetos.

E todas essas dificuldades podem ser solucionadas com a participação de docentes, coordenadores e direção dos colégios em cursos de capacitação para que os mesmos passem a conhecer o que é desconhecido ou para aqueles que já conhecem, coloquem em prática. Já que os professores não tiveram formação para atuar com o tema EA em sala de aula, deve ser oferecido pela secretaria de educação capacitação por meio de cursos, oficinas e material impresso que discutam os documentos oficiais e autores que discutam o tema, disponibilizando materiais de apoio e propostas pedagógicas práticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa percebeu-se que o conceito de Educação Ambiental é entendido pelos participantes como disciplina e/ou curso; ensino de Ecologia; e como forma de conservação, conscientização e preservação da natureza, sem questionar e pensar com criticidade sobre as razões pelas quais geram os problemas ambientais, que inclui o homem e as relações políticas, sociais e culturais. Apesar de quase não ser mencionado nos depoimentos observou-se uma visão mais contextualizada da EA pelos professores de Ciências e Geografia.

Poucos professores entendem que a EA deve ser abordada em conjunto pelas diferentes áreas, muitos acreditam que o tema deve ficar a cargo das disciplinas de Ciências, Geografia ou até mesmo a própria disciplina porque os mesmos não tem conhecimento da importância do desenvolvimento da EA enquanto educadores.

Muitos professores sentem-se distantes dos temas ambientais e muitos deles dizem não saber como inserir esses temas em suas aulas, pois, não foram formados para desenvolver essa temática nas suas disciplinas. Observa-se também que a maioria conhece os temas transversais e concorda que o meio ambiente deve ser inserido interdisciplinarmente. Mas o tema EA é inserido pela Secretaria de Educação do Município não como tema transversal e sim como disciplina, o que pode ficar subtendido que os professores de outras disciplinas não devem trabalhar a temática já que existe a disciplina específica.

A maioria dos professores tem interesse em fazer curso de capacitação em EA, porém, não é ofertado pela rede de ensino e também questionam a falta de incentivos para que o tema seja trabalhado em sala de aula. Para que a Educação Ambiental faça parte realmente do cotidiano escolar é necessário rever os processos de formação dos educadores, e de outros atores (gestores, coordenadores, Secretarias de educação, etc.) e aumentar a permanência destes na escola.

A EA deve ser um processo participativo, onde o professor e gestão escolar participarão ativamente no processo de ensino e aprendizagem dos problemas socioambientais, em busca de soluções. O trabalho transversal e de forma interdisciplinar sobre os problemas ambientais em nossa sociedade é importante desde o ensino infantil até o superior para assim contribuir com toda a comunidade escolar. Por isso, o papel dos educadores é de extrema importância no processo de

ensino e aprendizagem, pois o mesmo é um dos construtores das referências ambientais e das práticas sociais.

Além disso, o desconhecimento, a fragmentação e a falta de discussão sobre a EA vêm desde a universidade, devido à formação dos alunos nos cursos de Licenciatura. Conseqüentemente, estes professores não obtêm conteúdo e técnicas suficientes para a compreensão do significado da EA e para a prática como docente. Dessa forma, sugere-se urgentemente que seja trabalhado o tema nos cursos de Licenciatura, pois é difícil exigir destes profissionais a capacitação para trabalhar com conteúdos de EA, já que o tema não se faz presente durante a sua formação.

Por isso, recomenda-se também trabalhar os temas de forma interdisciplinar, superando assim as distâncias entre as disciplinas dos cursos de graduação e implantação de projetos para a formação de educadores ambientais. Acredita-se que inserir o tema como disciplina não é a solução e sim a reformulação do PPP das escolas, com a participação ativa da comunidade, oferecer cursos de capacitação, além de educadores ambientais nas escolas para que auxiliem nas atividades e projetos interdisciplinares, intervindo nas aulas, auxiliando e fiscalizando a inserção desse tema que é de extrema importância.

Espera-se que esta pesquisa seja o início de um trabalho que poderá trazer outros desdobramentos e servir de material de referência para que não só o município de Cruz das Almas, mas todas as redes de ensino tome conhecimento e assim auxiliem os gestores na elaboração de projetos interdisciplinares relacionado com o tema Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. da S; et al. Educação ambiental e a prática educativa: estudo em uma escola estadual de Divisa Alegre – MG. In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão on-line, n. 13 (jul. – dez. 2012), Feira de Santana – BA (Brasil), dez./2012. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

ARAUJO, M. I. O.; SOARES, M. J. N. **Educação ambiental**: o construto de práticas pedagógicas consolidadas na pesquisa de professores em escolas públicas. Aracaju: Criação A&C, 2010, 209p.

BERNA, V. **Como fazer educação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001.

BERNARDES, M. B. J. PRIETO, E. C. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DISCIPLINA VERSUS TEMA TRANSVERSAL. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. 24, 2010. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3891>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BIZERRIL, M. X. A. e FARIA, D. S. Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 57-69, jan./dez. 2001. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/414>> Acesso em: 01 set. 2014.

BOTON, J. M; et al. O meio ambiente como conformação curricular na formação docente. **Ensaio pesquisa em educação em ciências**. Belo Horizonte, v. 12, n. 03, p. 41-50, 2010. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/article/view/516/532>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

BRASIL. **Carta de Belgrado**. UNESCO, 1975. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CBelgrado.pdf>> Acesso em: 05 ago. 2014.

BRASIL. **Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente**: Programa Conheça a Educação. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC; SEF, 2001. 56 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ciclodepalestras.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2014.

BRASIL. **Conceitos de Educação Ambiental**. MEC. 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em 13 ago. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Capítulo VI, Artigo 225. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 01 jul. 2014.

BRASIL. **Algumas Recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros (Tbilisi, CEI, de 14 a 26 de outubro de 1977)**. UNESCO, 1977. Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tbilisi.pdf> >. Acesso em 30 jul. 2014.

BRASIL. **Educação um Tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. UNESCO no Brasil 6. ed. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Dellors_alli_Relatorio_Unesco_Educacao_tesouro_descobrir_2008.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 28 jul. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 9795 - 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 01 jul. 2014.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Meio Ambiente**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. (Volume 10.3).

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: DF, 1997. 128p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>>. Acesso em 15 set. 2014.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102p. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>.
Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. **Resolução Nº 02 de 15 de junho de 2012:** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Conselho Nacional de Educação (CNE): Resolução CNE/CP 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10988&Itemid=>. Acesso em: 30 ago. 2014.

CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.2, n.2, p.43-51, 2001. Disponível em:
<<http://www.projetosustentabilidade.sc.usp.br/index.php/por/Biblioteca/Documentos/Educacao-Ambiental/QUAL-EDUCACAO-AMBIENTAL-Elementos-para-um-debate-sobre-educacao-ambiental-e-extensao-rural>>. Acesso em: 14 set. 2014.

CASCINO, F. **Educação ambiental:** princípios, história, formação de professores. São Paulo: Senac-SP, 2003, 96p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CRUZ, A. C. S.; ZANON, A. M. Agenda 21: potencialidade para educação ambiental visando a sociedade sustentável. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.** Rio Grande, v. 25, p.330-343, 2010. Disponível em:
<<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3518>> Acesso em: 10 ago. 2014.

DIAS, G. F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.

FAZENDA, I. C. A. **Dicionário em construção:** interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRARI, A. H.; ZANCUL, M. C. de S. A Educação Ambiental nos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental da Cidade de Araraquara/SP. **REMEA - Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.** ISSN 1517-1256, v. 25, julho a dezembro de 2010. Disponível em:
<<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3368>>. Acesso em: 16 set. 2014.

FOLLARI, R. La interdisciplina en la educación ambiental. Tópicos en Educación Ambiental. México, v. 1, n. 2, p. 27-35, 1999. IN: SILVA, M. F. da; FERREIRA, W. R. **Educação Ambiental: Consciência e Prática no Ensino Fundamental.** **Revista Brasileira de Educação e Cultura** – ISSN 2237-3098. Número VII. 2013. P. 28-54. Disponível em:
<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZGQbkP3IfyAJ:periodicos>>

.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/download/104/141+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 28 set. 2014.

FONSECA, V. M. da; BRAGA, S. R. **O Sujeito & o Objeto:** educação e outros ensaios. São Paulo: Biblioteca 24X7, 2010. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=MXnlZRcjyAEC&pg=PA63&dq=incha%C3%A7o+populacional+revolu%C3%A7%C3%A3o+industrial&hl=pt-BR&sa=X&ei=vqp8T5y0DIOkgwebxaCWDA&ved=0CDkQ6AEwAA#v=onepage&q=incha%C3%A7o%20populacional%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20industrial&f=false>> Acesso em: 05 ago. 2014.

FURTADO, D. J. **Os caminhos da educação ambiental nos espaços formais de ensinoaprendizagem:** qual o papel da política nacional de Educação Ambiental? Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, ISSN 1517-1256, v. 22, 2009. Disponível em <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol22/art24v22.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2014.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra.** 5. ed. 217p. São Paulo: Peirópolis, 2000. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=kbkKPyW3YC4C&pg=PA96&lpg=PA96&dq=A+educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental+vai+muito+al%C3%A9m+do+conservacionismo.+Trata-se+de+uma+mudan%C3%A7a+radical+de+mentalidade+em+rela%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+qualidade&source=bl&ots=1dMA7n9fUI&sig=VDksTnKQgqnrri3n2DyeUkcMwqq8&hl=pt-BR&sa=X&ei=PXQoVJXBOMy-ggTt3oDACg&ved=0CB8Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 16 set. 2014.

GARCIA, A. Professor não é profissão, é missão. **Bom Dia Brasil**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/08/professor-nao-e-profissao-e-missao-afirma-alexandre-garcia.html>>. Acesso em 28 set. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2006, vol. 4, n. 50. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>> Acesso em: 23 mai. 2014.

GOMES, A. Legislação Ambiental e Direito: Um olhar sobre o Artigo 225 da Constituição da República federativa do Brasil. **Revista Científica Eletrônica de Administração** – ISSN: 1676-6822. Ano VIII, n. 14, Junho de 2008. Disponível em: <faef.revista.inf.br/imagens.../82cTo2lojkSSlsf_2013-4-30-12-15-57.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2014.

GRYNSZPAN, D. **Educação em saúde e educação ambiental: Uma experiência integradora.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 15 (Sup.2): 133-138, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v15s2/1294.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas: Papyrus, 2005. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=huMtr2kOGGoUC&pg=PA31&lpg=PA31&dq=no+trabalho+de+conscientiza%C3%A7%C3%A3o+%C3%A9+preciso+estar+claro+que+conscientizar+n%C3%A3o+%C3%A9+simplesmente+transmitir+valores+verdes,+pois+essa+%C3%A9+a+l%C3%B3gica+da+educa%C3%A7%C3%A3o+tradicional.&source=bl&ots=qg4Od1uG78&sig=uJEy5L2NqjzuNlr0DNeDjMcn08&hl=pt-BR&sa=X&ei=wngoVISsCYOyggTTnYHoBA&ved=0CB8Q6AEwAA#v=onepage&q=no%20trabalho%20de%20conscientiza%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20preciso%20estar%20claro%20que%20conscientizar%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20simplesmente%20transmitir%20valores%20verdes%20pois%20essa%20%C3%A9%20a%20l%C3%B3gica%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20tradicional.&f=false>>. Acesso em: 17 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010.** Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290980&search=||infor%EF5es-completar>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

KNORST, P. A. R. **Educação ambiental: um desafio para as unidades escolares.** Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 1, n. 2, p. 131-138, jul./dez. 2010. Disponível em: <unoesc.edu.br/index.php/achs/article/download/6/pdf/6>. Acesso em: 05 de jul. 2014.

LAYRARGUES, P. P. Crise Ambiental e suas Implicações na Educação. QUINTAS J. S. (org.) **Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente.** 2. ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajatória e fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2012. 4. ed. 165p.

LEME, T. N. **Os conhecimentos práticos dos professores: (re)abrindo caminhos para a educação ambiental na escola.** 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Proposta Pedagógica Educação Ambiental no Brasil. In: **Educação Ambiental no Brasil**. Salto para o futuro (ISSN 1982-0283). Tv Escola. Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164816Educambiental-br.pdf>>. Acesso em 22 set. 2014.

LUCAS, R. E. A.; TIMM, C. R. F.; GOMES, M. C. **O meio ambiente: tema transversal**. In: II Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2007, Pelotas. Resumos. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2007.p.1-5. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/6582/4887>> Acesso em: 13 set. 2014.

MARINHO, A. M. S. **A educação ambiental e o desafio da interdisciplinaridade**. 2004. 117f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.biblioteca.pucminas.br%2Fteses%2FEducacao_MarinhoAM_1.pdf&ei=j4IoVPKXMsMqgwSzloHoAg&usq=AFQjCN EEHmL Qoxfzua0OJ-F Y gs6KqaQ&sig2=qiDvEQ8LyR3yUXIx80nmUw>. Acesso em: 10 set. 2014.

MEDINA, N. M. A formação dos professores em Educação Ambiental. In: VIANNA, L.P. (Coord.). **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental**, Brasília: MEC; SEF, 2001. 149p. p. 17-24. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

MEDINA, N. M. Breve Histórico da Educação Ambiental. In: Educação Ambiental caminhos trilhados no Brasil, org. Padua, Suzana M.; Tabanez Marlene F. Brasília: Instituto e Pesquisas Ecológicas, 1997; p. 265-267.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**, Petrópolis: Vozes, 1999. 231p.

MEDINA, N. M. Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar – 1º grau. In: IBAMA. **Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental** – Documentos Metodológicos, Brasília, 1994. p. 13-82.

MELLER, C. B. **Educação Ambiental como possibilidade para superação da fragmentação do trabalho escolar**. Espaços da Escola, Ijuí, v. 4, n. 26, p. 39-49, 1997.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, K. S. Educação Ambiental e interdisciplinaridade. In: HAMMES, V. S.; RACHWAL, M. F. G., 2012. v. 7. **Meio ambiente e a escola**. Brasília, DF: Embrapa, 2012. p. 91-97. (Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, v. 7).

NARCIZO, K. R. S. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. 22. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/2807>>. Acesso em 31 ago. 2014.

OAIGEN, E. R. Educação, ambiente e educação ambiental: as concepções históricas e epistemológicas da sociedade atual. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. Canoas - RS, v.1, n.1, jan./abr. 2001. p. 87-95.

OLIVEIRA, M. E. de. A Temática Ambiental no Ensino Médio. In: ADAMS, B. G. **A Importância Da Lei 9.795/99 E Das Diretrizes Curriculares Nacionais Da Educação Ambiental Para Docentes**. v(10), nº 10, p. 2148 – 2157, OUT-DEZ 2012 (e-ISSN: 2236-1308). <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/remoa.2148>> Acesso em: 02 jul. 2014.

OLIVEIRA, R. C. F. Transversalidade no currículo escolar: ética e meio ambiente. In: Minas Gerais (Estado). Secretaria Estadual de Educação. **Educação Ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor**. Belo Horizonte, 2002. (Lições de Minas, 17).p.61-68. Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv%7BFD706A4C-E582-41C9-9460-6C4B6B39445E20128513224028%7D.pdf> Acesso em: 20 ago. 2014.

PEREZ, Z. M. L. **Educação Ambiental, Saneamento Ambiental e Promoção de Saúde**. 2002. Disponível em: <http://www.asec.com.br/000111201asec/ArquivoAMR/EncontroTecnico/docs/Doc_Encontro03_ZuleicaMariaLisboaPerez.pdf>. Acesso em 10 ago. 2014.

PIPITONE, M. A. P.; NOSSLLALA, S. K. O desenvolvimento da Educação Ambiental no Ensino Fundamental: a participação dos programas oficiais. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande, v. 25, p.95-110, 2010. Disponível em www.remea.furg.br. Acesso em 15 set. 2014.

QUINTAS, J. S. EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL. In: **Educação Ambiental no Brasil**. Salto para o futuro (ISSN 1982-0283). Tv Escola. Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008. Disponível em:<

<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164816Educambiental-br.pdf>>. Acesso em 22 ago. 2014.

RHEINHEIMER, C. G. GUERRA, T. **A Educação Ambiental como Pressuposto para um Turismo Sustentável.** Disponível em: <www.ucs.br/ucs/tplSemMenu/eventos/seminarios...4.../GT08-8.pdf>. Acesso em 01 de jul. 2014.

RODRIGUES, D. C. G. de A. Ensino de Ciências e a Educação Ambiental. **Revista Práxis.** Ano I, nº 1 - janeiro 2009. p. 31-35. Disponível em: <<http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/01/31.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

RUY, R. A. V. A Educação Ambiental na Escola. **Revista Eletrônica de Ciências.** Número 26, Maio de 2004. <http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_26/eduambiental.html>. Acesso em 06 de jul. 2014.

SANTOS, E. S. Educação e Sustentabilidade. In: Educação e Desenvolvimento Sustentável. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, ISSN 0104-7043, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, Salvador, v. 11, n. 18, p. 259-279, jul./dez. 2002.

SATO, M. **Educação Ambiental.** São Carlos, SP: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.defatima.com.br/site/conteudo/novidades/artigo%20educa%E7%E3o.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

SATO, M.; GAUTHIER, J. Z.; PARIGIPE, L. Insurgência do grupo-pesquisador na Educação Ambiental Sociopoiética. In: SATO, M. & CARVALHO, I.C.M. (orgs). **Educação Ambiental.** Porto Alegre: Artmed, 2005. Disponível em:<[http://www.institutoaf.org.br/Sato_artmed\[1\].pdf](http://www.institutoaf.org.br/Sato_artmed[1].pdf)>. Acesso em 22 ago. 2014.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2014.

TEIXEIRA, C. SILVA, A. L. F. da. ALVES, J. M. Interdisciplinaridade e transversalidade na educação ambiental: uma análise da REMEA (2010-2012). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.** Rio Grande, ISSN 1678-0701 v. 48, Ano XIII, 2014 Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1801&class=02>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

TELLES, M. Q.; ROCHA, M. B.; PEDROSO, M. L. **Vivências integradas com o meio ambiente.** São Paulo: Sá Editora, 2002, 96p.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição**. Ciência & Educação, v. 8, n. 1, p.83-96, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v8n1/07.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2014.

YUS, R. **Temas Transversais – Em busca de uma Nova Escola**. Porto Alegre: ArtMed, 1998, 241p.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de consentimento livre e esclarecido (escola)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
LICENCIATURA EM BIOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é um estudo realizado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Convido o(a) senhor(a), professor(a) da rede municipal de Cruz das Almas para participar da coleta de dados referente ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL: ATUAÇÃO DO PROFESSOR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CRUZ DAS ALMAS- BA”. A sua participação será por meio de um questionário, o qual o senhor(a) está sendo convidado a responder, para analisarmos sobre a inserção do tema Educação Ambiental no ensino formal no município de Cruz das Almas, Bahia. O objetivo é identificar, analisar e caracterizar a prática docente vivenciada pelos professores em relação à temática Educação Ambiental em disciplinas de Ensino Fundamental nos anos finais, tendo como referências os *Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN* (1998) e a *Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA* (1999) e identificar as possíveis dificuldades em inserir a Educação Ambiental em sala de aula. A pesquisa será realizada pela estudante Vanessa Ribeiro dos Reis, do curso de Licenciatura em Biologia, sob a coordenação da professora/ pesquisadora Girlene Santos de Souza, ambas da UFRB, a quem o Senhor(a) poderá contatar a qualquer momento que julgar necessário, garantindo esclarecimento sobre a realização da pesquisa. Os resultados obtidos com esta pesquisa serão socializados com os membros da comunidade escolar participantes por meio do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante. Esta pesquisa deverá ser finalizada em agosto de 2014. A sua participação não é obrigatória e durante a aplicação do questionário, o(a) senhor(a) poderá se sentir incomodado com as perguntas e, neste caso, não será obrigado a respondê-las. Da mesma forma, terá a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. Se o(a) senhor(a) aceitar participar desta pesquisa, não será identificado em momento algum na apresentação dos resultados. A sua participação neste trabalho deverá ser espontânea, sem direito a receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Sua participação na pesquisa trará uma contribuição ao município de Cruz das Almas, sobre a inserção do tema Educação Ambiental no ensino formal que é aquele que ocorre nos espaços formais de educação. Informamos que o uso das informações oferecidas pelo(a) senhor(a) estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que fica situada na Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas/BA, 44.380-000, tel.: (75) 3621-6850. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora, somente para esta pesquisa, sendo que seus dados serão guardados em até cinco anos. Sendo assim, se o Senhor(a) aceitar e concordar com a participação, o fará através da assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e

receberá uma cópia assinada do mesmo, conforme recomendações da Comissão Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB.

Cruz das Almas, ____ de _____ de ____.

Prof^a Dr^a GIRLENE SANTOS DE SOUZA
Pesquisadora/Orientadora
Email: girlene@ufrb.edu.br
Tel.: (75) 82111281

VANESSA RIBEIRO DOS REIS
Estudante/colaboradora
Email: vanessareis19@hotmail.com
Tel.: (75) 81858502

Professor (a) Colaborador (a)

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido (Secretaria de Educação)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
LICENCIATURA EM BIOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é um estudo realizado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Convido o(a) senhor(a), Diretor (a) do Departamento Pedagógico da rede municipal de Cruz das Almas para participar da coleta de dados referente ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL: ATUAÇÃO DO PROFESSOR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CRUZ DAS ALMAS- BA”. A sua participação será por meio de uma entrevista, o qual o senhor(a) está sendo convidado a responder, para analisarmos sobre a inserção do tema Educação Ambiental no ensino formal no município de Cruz das Almas, Bahia. O objetivo é identificar, analisar e caracterizar a prática docente vivenciada pelos professores em relação à temática Educação Ambiental em disciplinas de Ensino Fundamental nos anos finais, tendo como referências os *Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN* (1998) e a *Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA* (1999) e identificar as possíveis dificuldades em inserir a Educação Ambiental em sala de aula. A pesquisa será realizada pela estudante Vanessa Ribeiro dos Reis, do curso de Licenciatura em Biologia, sob a coordenação da professora/ pesquisadora Gírlene Santos de Souza, ambas da UFRB, a quem o Senhor(a) poderá contatar a qualquer momento que julgar necessário, garantindo esclarecimento sobre a realização da pesquisa. Os resultados obtidos com esta pesquisa serão socializados com os membros da comunidade escolar participantes por meio do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante. Esta pesquisa deverá ser finalizada em agosto de 2014. A sua participação não é obrigatória e durante a aplicação do questionário, o(a) senhor(a) poderá se sentir incomodado com as perguntas e, neste caso, não será obrigado a respondê-las. Da mesma forma, terá a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. Se o(a) senhor(a) aceitar participar desta pesquisa, não será identificado em momento algum na apresentação dos resultados. A sua participação neste trabalho deverá ser espontânea, sem direito a receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Sua participação na pesquisa trará uma contribuição ao município de Cruz das Almas, sobre a inserção do tema Educação Ambiental no ensino formal que é aquele que ocorre nos espaços formais de educação. Informamos que o uso das informações oferecidas pelo(a) senhor(a) estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que fica situada na Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas/BA, 44.380-000, tel.: (75) 3621-6850. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora, somente para esta pesquisa, sendo que seus dados serão guardados em até cinco anos. Sendo assim, se o Senhor(a) aceitar e concordar com a participação, o fará através da assinatura deste Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido e receberá uma cópia assinada do mesmo, conforme recomendações da Comissão Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB.

Cruz das Almas, ____ de _____ de ____.

Prof^a Dr^a GIRLENE SANTOS DE SOUZA
Pesquisadora/Orientadora
Email: girlene@ufrb.edu.br
Tel.: (75) 82111281

VANESSA RIBEIRO DOS REIS
Estudante/colaboradora
Email: vanessareis19@hotmail.com
Tel.: (75) 81858502

Diretor (a) do Departamento Pedagógico

APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS DIRECIONADAS AOS DOCENTES DA ESCOLA MUNICIPAL ANOS FINAIS, RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SALA DE AULA.

Prezado (a) professor (a), este questionário é uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso realizado no curso de graduação em Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB cujo tema é **“EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL: ATUAÇÃO DO PROFESSOR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CRUZ DAS ALMAS- BA”**, sob a orientação da Professora Girlene Santos de Souza da UFRB, por esta razão, solicito sua contribuição para responder às perguntas abaixo sendo suas informações extremamente importantes e serão utilizadas única e exclusivamente para a pesquisa. Em nenhum momento você será identificado em suas respostas. Colocamo-nos à disposição para eventuais sugestões e esclarecimentos. Atenciosamente, Vanessa Ribeiro dos Reis.

I – CARACTERIZAÇÃO

Sexo: () Feminino; () Masculino

Idade: _____

Tempo de Magistério nesta escola: _____

Formação: () Graduação; () Especialização; () Mestrado; () Doutorado;

() Outra: _____

Tempo de Formação: _____

Nível que leciona nesta escola: Fundamental

Série(s) que ensina nesta escola: () 6º Ano; () 7º Ano; () 8º Ano; () 9º Ano

Disciplina(s) que ensina nesta escola: _____

Turno que ensina nesta escola: () Matutino; () Vespertino; () Noturno.

II – QUESTIONÁRIO

1) Como você definiria a Educação Ambiental?

2) Você considera importante a Educação Ambiental ser discutida na escola?

() Sim () Não Justifique.

3) O Projeto Político Pedagógico contempla o tema transversal Educação Ambiental na escola?

() Sim () Não () Não sei

4) Se não contempla, qual o instrumento que norteia a discussão do tema Educação Ambiental na escola?

5) A escola desenvolve projetos na área ambiental?

() Sim () Não () Não sei

6) Existem projetos que estão sendo desenvolvidos atualmente?

() Sim () Não () Não sei

- Se sim, quais são?

- Se sim, quantos professores estão envolvidos no desenvolvimento dos projetos? De quais disciplinas?

7) Como é a participação e o envolvimento dos alunos nos projetos?

8) Quais as suas principais dificuldades (se tiver), para desenvolver um projeto de Educação Ambiental?

9) Os professores são incentivados e motivados a desenvolverem pequenos projetos ou atividades ambientais com seus alunos?

Sim () Não ()

10) A escola realiza visitas a campo para trabalhar a realidade local sobre as questões ambientais?

Sim () Não ()

11) Você discute o tema Educação Ambiental em suas aulas?

Sim () Não ()

Se Não, por quê?

Se Sim, esta discussão se dá de que forma?

() Interdisciplinar () Nos conteúdos específicos

12) Se for de forma interdisciplinar, quais as disciplinas correlacionadas?

() Português; () Matemática; () História; () Geografia; () Ciências;

() Educação Física; () Inglês; () Outras: _____

13) Qual(is) tema(s) de Educação Ambiental você mais aborda em sala de aula?

14) Qual(is) metodologia(s) utiliza para discutir o tema?

15) Em relação à preparação de suas aulas relativas à Educação Ambiental, qual(is) desta(s) referência(s) você utiliza para discutir o tema?

() Sua formação; () Documentos Oficiais; () Fonte bibliográfica; () Cursos;

() Eventos; () Revistas, jornais; () Telejornais; () Internet;

() Outras: _____

16) Você considera que sua prática em Educação Ambiental em sala de aula contribui(u) para formar cidadãos críticos?

Sim () Não () Justifique.

17) Você aborda em sala de aula problemas locais relacionados à educação ambiental?

Sim () Não ()

18) A escola ou município oferece curso de capacitação em educação ambiental?

Sim () Não () () Não sei

19) Tem interesse em participar de capacitação em educação ambiental?

Sim () Não ()

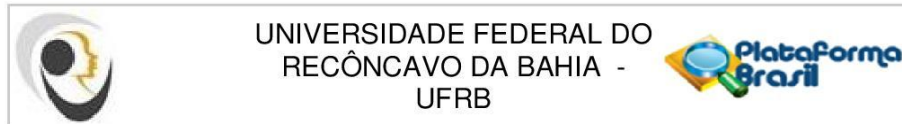
Agradeço a sua colaboração!

APÊNDICE D: Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1 – Por que instituiu a disciplina de “Educação Ambiental” no município?
- 2 – Já que é um tema transversal por que foi inserida como disciplina?
- 3 – A disciplina foi inserida em todas as escolas?
- 4 – Quais os níveis possui a disciplina?
- 5 – A partir de que ano foi inserida a disciplina?
- 6 – Quantas escolas de Ensino Fundamental anos finais o município possui?

ANEXOS

ANEXO A – Protocolo de aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da UFRB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL: ATUAÇÃO DO PROFESSOR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CRUZ DAS ALMAS - BA

Pesquisador: GIRLENE SANTOS DE SOUZA

Área Temática:

Versão:

CAAE: 31797214.7.0000.0056

Instituição Proponente: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

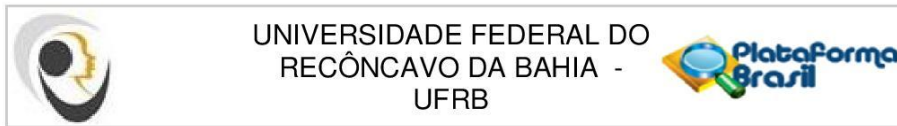
Número do Parecer: 684.911

Data da Relatoria: 05/06/2014

Apresentação do Projeto:

A pesquisa será desenvolvida em Escolas de Educação Básica do município de Cruz das Almas, BA, tendo como finalidade analisar a prática docente em escolas da rede municipal em relação à temática Educação Ambiental em disciplinas de Ensino Fundamental nos anos finais tendo como referências os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998) e a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (1999), verificando também o conhecimento que possuem sobre o assunto e como o recebem nas escolas. A metodologia baseou-se em pesquisa descritiva, de natureza qualitativa e quantitativa. A presente pesquisa será realizada em três escolas, onde serão aplicados questionários aos professores, com perguntas abertas e fechadas, relacionadas aos conceitos, objetivos, abordagens e desenvolvimento de atividades de educação ambiental no ambiente escolar que serão respondidas por professores de todas as disciplinas. Após a aplicação do questionário, será realizada a fase da análise dos dados obtidos durante a pesquisa. Através desta, analisar se a temática Educação Ambiental é trabalhada de forma significativa pelos professores. Essa pesquisa é importante porque com os resultados dos dados, terá um retorno acerca da atuação do professor com o tema Educação Ambiental no município de Cruz das Almas, sobre a inserção do tema no ensino formal que é aquele que ocorre nos espaços formais de educação. Neste sentido a realização do presente estudo, fornecerá dados que servirão como base para

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)3621-9767 **E-mail:** eticaempesquisa@ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 684.911

intervenções na Educação Básica do município como instrui os documentos oficiais que regem a Educação Ambiental.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a prática docente vivenciada pelos professores de escolas da rede municipal de Cruz das Almas-Bahia em relação à temática Educação Ambiental em disciplinas de Ensino Fundamental nos anos finais tendo como referências os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998) e a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (1999).

Objetivo Secundário:

- Identificar e mapear as práticas docentes de Educação Ambiental;
- Caracterizar e relacionar às práticas docentes de Educação Ambiental com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs;
- Identificar as possíveis dificuldades apresentadas pelos professores com o tema Educação Ambiental;
- Verificar o desenvolvimento de projetos realizados pelos professores; as disciplinas que a Educação Ambiental é abordada e os temas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Durante a aplicação do questionário, os participantes poderão se sentir incomodado e constrangido com as perguntas mas neste caso, não será obrigado a respondê-las. Da mesma forma, terá a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. E aqueles que aceitarem participar desta pesquisa, não será identificado em momento algum na apresentação dos resultados.

Benefícios:

Os resultados obtidos com esta pesquisa serão socializados com os membros da comunidade escolar participantes por meio do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante. A participação não é obrigatória e durante a aplicação do questionário, o participante que se sentir incomodado com as perguntas e, neste caso, não será obrigado a respondê-las. Da mesma forma, terá a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. E aqueles que participarem não será identificado em

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710	CEP: 44.380-000
Bairro: Centro	
UF: BA	Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850	Fax: (75)3621-9767
E-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br	



Continuação do Parecer: 684.911

momento algum na apresentação dos resultados. A participação neste trabalho deverá ser espontânea, sem direito a receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa que trará uma contribuição ao município, sobre a inserção do tema Educação Ambiental no ensino formal.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

No projeto de pesquisa foi possível identificar a relevância do tema proposto, levando-se em consideração que o estudo torna-se necessário, visto que, a realização do presente estudo, fornecerá dados que servirão como base para intervenções na Educação Básica do município no que regem a Educação Ambiental.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os documentos necessários para avaliação da proposta:

- a) Projeto de Pesquisa;
- b) Folha de rosto assinada pelo responsável da pesquisa e responsável pela instituição;
- c) Roteiro da Entrevista Semi-estruturada (anexo ao projeto de pesquisa);
- d) Termo de Consentimento Livre Esclarecido;
- e) Termo de Anuência assinado pelo responsável da escola.

Recomendações:

Como sugestão, solicito que atualizar o cronograma e indicar o retorno dos resultados ao CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A proposta apresentada foi elaborada de acordo com diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (RESOLUÇÃO 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e após análise, foi aprovada por este Comitê de Ética em Pesquisa.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710	CEP: 44.380-000
Bairro: Centro	
UF: BA	Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850	Fax: (75)3621-9767
	E-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 684.911

CRUZ DAS ALMAS, 11 de Junho de 2014

Assinado por:
Cintia Mota Cardeal
(Coordenador)

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)3621-9767 **E-mail:** eticaempesquisa@ufrb.edu.br

ANEXO B – Protocolo de cadastro do projeto de pesquisa na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRB.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Portal | PRPPG | Projetos de Pesquisa | Administração | **Dados do Projeto**

CADASTRO DE PROJETO DE PESQUISA					
Dados do Projeto					
					anexo: proi00913.pdf
Título do Projeto EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FORMAL: ATUAÇÃO DO PROFESSOR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CRUZ DAS ALMAS- BA			Data de cadastro 12/06/2014		
Centro: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas					
Objetivos Objetivo Geral Analisar a prática docente vivenciada pelos professores de escolas da rede municipal de Cruz das Almas- Bahia em relação à temática Educação Ambiental em disciplinas de Ensino Fundamental nos anos finais tendo como referências os PCNs (1998) e o PNEA (1999). Objetivos Específicos <input type="checkbox"/> Identificar e mapear as práticas docentes de Educação Ambiental; <input type="checkbox"/> Caracterizar e relacionar às práticas docentes de Educação Ambiental com os PCNs; <input type="checkbox"/> Identificar as possíveis dificuldades apresentadas pelos professores com o tema Educação Ambiental; <input type="checkbox"/> Verificar o desenvolvimento de projetos realizados pelos professores; as disciplinas que a Educação Ambiental é abordada e os temas.					
Subárea de conhecimento no CNPq 9.27.00.00-4 (CNPq)			Grupo de Pesquisa do Coordenador Educação, meio ambiente e desenvolvimento humano		
Prazo de execução 6 meses		Início 01/03/2014	Término 31/08/2014	Prorrogações solicitadas 0	
Fonte financiadora				Valor liberado R\$ 0,00	
Modalidade					
Coordenador do Projeto					
SLAPE	Nome	Instituição	E-mail	CPF	Horas Semanais de Dedicção
1555663	Girlene Santos de Souza	UFRB	girlene@ufrb.edu.br	923.112.705-59	2
Vice-Coordenador					
Discentes envolvidos					
Unidade	Nome	Curso	CPF	Horas Semanais de Dedicção	
CCAAB/UFRB	Vanessa Ribeiro dos Reis	Licenciatura em Biologia	032.614.655-57	20	
Programa que faz parte (se existir):					
Título Programa/Projeto:					
Coordenador:					
Instituição:					
Fonte Financiadora:					
Valor Financiamento:					
Contrapartida institucional:					
Área de Conhecimento a ser avaliado no Centro:					
CCAAB - Área 11: Educação					
Envolve experimentação com animais ou modelos humanos? SIM - Registro no CEP: 684911					
Envolve experimentos utilizando vírus, microorganismos patogênicos, ou organismos geneticamente modificados? SIM					
Possui Certificado de Qualidade em Biossegurança ou em processo de qualificação? SIM					

Resumo:

A pesquisa será desenvolvida em Escolas de Educação Básica do município de Cruz das Almas, BA, tendo como finalidade analisar a prática docente em escolas da rede municipal em relação à temática Educação Ambiental em disciplinas de Ensino Fundamental nos anos finais tendo como referências os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998) e a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (1999), verificando também o conhecimento que possuem sobre o assunto e como o recebem nas escolas. A metodologia baseou-se em pesquisa descritiva, de natureza qualitativa e quantitativa. A presente pesquisa será realizada em três escolas, onde serão aplicados questionários aos professores, com perguntas abertas e fechadas, relacionadas aos conceitos, objetivos, abordagens e desenvolvimento de atividades de educação ambiental no ambiente escolar que serão respondidas por professores de todas as disciplinas. Após a aplicação do questionário, será realizada a fase da análise dos dados obtidos durante a pesquisa. Através desta, analisar se a temática Educação Ambiental é trabalhada de forma significativa pelos professores. Essa pesquisa é importante porque com os resultados dos dados, terá um retorno acerca da atuação do professor com o tema Educação Ambiental no município de Cruz das Almas, sobre a inserção do tema no ensino formal que é aquele que ocorre nos espaços formais de educação. Neste sentido a realização do presente estudo, fornecerá dados que servirão como base para intervenções na Educação Básica do município como instrui os documentos oficiais que regem a Educação Ambiental.

Palavras_chave:

Educação Ambiental; Prática Docente; Ensino Fundamental